



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
CAMPUS UNIV. DEP. EST. “RENÊ BARBOUR”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL - PPGECH**



EDNA MONZILAR

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO
POVO BALATIPONÉ-UMUTINA**

**BARRA DO BUGRES-MT
2023**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO EM
CONTEXTO INDÍGENA INTERCULTURAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

EDNA MONZILAR

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO
POVO BALATIPONÉ-UMUTINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Orientadora: Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

**BARRA DO BUGRES-MT
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

M816c Monzilar, Edna.

Cultura Material e Imaterial Umutina Balatiponé / Edna Monzilar. – Barra do Bugres, 2023.
63 f.; 30 cm.; il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado Profissional) Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural, Faculdade Intercultural Indígena, Câmpus de Barra do Bugres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

Orientadora: Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira.

1. Cultura Material. 2. Cultura Imaterial. 3. Povo Umutina Balatiponé.

I. Ferreira, W. A. de A., Dra. II. Müller, A. O., Ma. III. Título.

CDU 39(=81/=82)(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037.

EDNA MONZILAR

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL DO
POVO BALATIPONÉ-UMUTINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural – PPGECEI da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino em Contexto Indígena Intercultural.

Orientadora: Professora Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

BANCA EXAMINADORA

Dra. Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira (Orientadora – PPGECEI/UNEMAT)

Dra. Maria Aparecida Bergamaschi (Membro Externo- UFRGS)

Dra. Lisanil Conceição Patrocínio Pereira-UNEMAT)

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

Esta dissertação é dedicada à minha família, ao meu esposo Edielson Barreto Medrado, ao meu filho Edgar Monzilar Barreto Medrado, à minha filha Lorraine Monzilar Siqueira Gomes, à minha netinha Maria Eduarda Monzilar Costa, às minhas irmãs Eliane Boroponepá Monzilar e Edinete Monzilar, que estão comigo em qualquer momento, sempre me apoiando; ao meu pai Edson e, em especial, à minha mãe Nice Boroponepá (*in memoriam*), tenho certeza que de lá do céu está sempre me protegendo.

Aos estudantes do ensino Fundamental e Médio, à gestão escolar, na pessoa da minha irmã Eliane Boroponepá Monzilar (Diretora) e a todos da comunidade Balatiponé Umutina.

Eterna gratidão a todos!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a *Haypuku* pela minha vida e por minha família, que está sempre presente, principalmente no meu estudo, o que não foi diferente nesta caminhada, pois me incentivou e ajudou quando necessário.

Aos meus pais, Edson Monzilar e Nice Boroponepá (*in memoriam*), pois realizei mais um sonho que não é só meu, mas também da minha família, em especial, da minha mãe, porque era isso que ela sempre queria: ver suas filhas formadas.

Aos espíritos encantados da nossa ancestralidade: meus avós Jorge Monzilar, Ana Paresi Monzilar, Kazakaru Boroponepá e Boropo Boroponepá, que fortalecem a nossa mente alma e nosso espírito.

A meu esposo, Edielson Barreto Medrado, pela paciência, apoio e incentivo para que eu pudesse conquistar e finalizar essa caminhada.

À minha filha Lorriane Monzilar Siqueira Gomes, que me ajudou na sistematização dos trabalhos, compartilhando conhecimento.

Ao meu filho Edgar Monzilar Barreto Medrado que, como estudante, participou das atividades e pesquisas com os anciões.

À minha irmã Edinete Monzilar, que sempre me encorajou em seguir em frente com meu estudo, quando muitas vezes desanimava, em especial, à minha irmã Eliane Monzilar Boroponepá, no momento, gestora da escola, que muito me ajudou, tendo muita paciência. Sei que elas torcem pela minha conquista, compartilhando conhecimentos e sonhos.

Aos estudantes do ensino Fundamental e Médio que contribuíram para as atividades e trabalho que foram realizados, ensinando e aprendendo junto com eles.

À toda equipe da Escola Estadual Julá Paré; CDCE (Conselho Deliberativo da Comunidade Escola), Professores, Integrador Curricular, Secretário, Estudantes, Funcionários e a todos que fazem parte direta ou indiretamente da comunidade escolar.

Aos companheiros (as) que contribuíram nesse processo de pesquisa e de aprendizagem: Osvaldo Corezomaé Monzilar, Marcio Monzilar Corezomaé, Eliane Boroponepá Monzilar, Clicia Tan Huare, Dulcinéia Tan Huare, Luizinho Ariabo Quezo, Eneida Kupodonepá, Maria Alice de Sousa Cupodonepá, José Felisberto Kupodonepá, Luiz Fernando Calomizoré, Valdomiro Calomizoré, Vanildo Ariabo Quezo, Hellem de Sousa e Iraci Oliveira Ferreira Corezomaé.

Às comunidades das aldeias Umutina, Boropo, Katamã e Massepo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino em Contexto Indígena Intercultural que ministram as aulas nos aperfeiçoando em nossos estudos, em diferentes áreas que tivemos ao longo do estudo.

Ao primeiro coordenador do Mestrado Professor, Doutor Adailton Alves da Silva, que com sua paciência vem trabalhando em prol dos povos indígenas.

À Diretora e Professora da FAINDI, Mônica Cidele da Cruz, que incansavelmente vem trabalhando junto a sua equipe para que esse projeto venha dar excelentes resultados.

À minha orientadora, Waldineia Antunes de Alcântara Ferreira, pela paciência de ter chegado até aqui, orientando-me e também por abraçar essa causa que muito me enriqueceu, mostrando várias possibilidades no ensino e aprendizagem.

À UNEMAT – Campus Universidade de Barra do Bugres-MT, que acreditou e acredita que é possível ter uma Educação de qualidade respeitando a diversidade de povos originários.

Agradeço às professoras avaliadoras deste estudo, pois contribuíram com apontamentos para a continuidade e o fechamento do trabalho de Mestrado, que para mim foi um grande desafio e motivo de orgulho para meu povo.

E, por fim, agradeço a *Haypuku* (Deus), a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse trabalho, em especial, a você leitor, pois acredito que irá contribuir para seu conhecimento.

Gratidão a todos (as)!

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado, intitulada: “Memórias e Histórias: patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé-Umutina”, relata parte da cultura material e imaterial milenar dos nossos ancestrais, trazendo nossa história. Tem como objetivo compreender as relações pedagógicas e a inclusão da cultura material e imaterial do povo Balatiponé no currículo escolar da escola Julá Paré. Para a realização deste estudo, assumimos a abordagem da pesquisa qualitativa e participante, registrando os relatos dos anciãos da comunidade, da liderança e da participação dos estudantes na Semana Cultural, momento em que foi trabalhado bastante o patrimônio material e imaterial do meu povo. Não podemos deixar no esquecimento os saberes e fazeres da nossa ancestralidade, que historicamente muito sofreram com a colonização. Assim, apresento aqui a vivência de ser Balatiponé, o cotidiano, a memória, a espiritualidade do povo e, também, as atividades da Semana Cultural. A sistematização em produção de textos e desenhos tem a participação dos estudantes que fizeram parte da pesquisa, das atividades, dos estudos e da sistematização do trabalho. Eles aprenderam junto com as pessoas experientes da comunidade e esse elo de estar junto foi muito importante no processo de ensino e aprendizagem, ressaltando o que escola vem trabalhando: a valorização da cultura. A pesquisa mostra a observação e o olhar dos próprios estudantes com relação à transformação de algumas técnicas na confecção de alguns objetos, à valorização da matéria-prima do nosso território, reconhecendo a importância de manter viva a cultura material e imaterial, independentemente de qualquer introdução de elementos que venham a ser inseridos em alguma confecção ou maneira de fazer, viver e fazer as práticas culturais. A escuta dos mais velhos e a vivência na semana cultural ajudam a reconhecer o nosso patrimônio material e imaterial e isso é uma forma de não perdermos nossas raízes e ter um olhar indígena com muita sabedoria como viveu a nossa ancestralidade, mesmo em meio a tantas transformações. Trabalhar os saberes e fazeres Balatiponé Umutina na escola é fortalecer a identidade Balatiponé.

Palavras-chave: Balatiponé, Cultura Material e Imaterial, Educação.

ABSTRACT

This Master's thesis, entitled: “Memories and Stories: tangible and intangible heritage of the Balatiponé-Umutina people”, reports part of the millennial material and immaterial culture of our ancestors, bringing our history. It aims to understand the pedagogical relationships and the inclusion of the material and immaterial culture of the Balatiponé people in the school curriculum at the Julá Pará school. To carry out this study, we adopted a qualitative and participatory research approach, recording the reports of community elders, leadership and student participation in the Cultural Week, a time when the tangible and intangible heritage of my people was worked on. We cannot leave in oblivion the knowledge and practices of our ancestry, which historically suffered a lot with colonization. Thus, I present here the experience of being Balatiponé, the daily life, the memory, the spirituality of the people and also the activities of the Cultural Week. The systematization in the production of texts and drawings has the participation of students who took part in the research, activities, studies and systematization of the work. They learned together with experienced people in the community and this bond of being together was very important in the teaching and learning process, highlighting what the school has been working on: the appreciation of culture. The research shows the observation and perspective of the students themselves regarding the transformation of some techniques in the manufacture of some objects, the appreciation of the raw material of our territory, recognizing the importance of keeping material and immaterial culture alive, regardless of any introduction of elements that may be inserted in some clothing or way of doing, living and performing cultural practices. Listening to the elderly and experiencing the cultural week help to recognize our tangible and intangible heritage and this is a way of not losing our roots and having an indigenous look with great wisdom as our ancestry lived, even in the midst of so many transformations. Working with Balatiponé Umutina knowledge and practices at school is to strengthen the Balatiponé identity.

Keywords: Balatiponé, Material and Immaterial Culture, Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa Grande	27
Figura 2 - Antiga Escola	28
Figura 3 - Pintura da sala da Casa Grande	29
Figura 4 - Danças com couro de onça nas costas	31
Figura 5 – Casa Grande	32
Figura 6 - Restauração da Casa Grande	33
Figura 7 - Casa Grande e Escolas reformadas	33
Figura 8 - Mãe D'água	56
Figura 9 - Mistério da natureza	57
Figura 10 - Córrego Dezoito	58
Figura 11 - O bicho do trovão	60
Figura 12 - Pai do mato	62
Figura 13 - Confecção do Hakikano	64
Figura 14 - Confecção da esteira	67
Figura 15 - Trançado de rede	68
Figura 16 - Peixes (língua materna)	70
Figura 17 - Confecção do grafismo em arte de madeira	70
Figura 18 - Confecção de cerâmicas	72
Figura 19 - Festividade de encerramento	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1.1 SOU DESCENDENTE DOS MEUS AVÓS	13
1.2 Nasci de Edson Monzilar e Nice Boroponepá	13
1.3 Tempo de criança e relações com a escola	14
1.4 Formação acadêmica e profissional	15
1.5 Organização da Dissertação	17
2. INDAGAÇÕES, OBJETIVOS, SUJEITOS DA PESQUISA E OS MOVIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3 O POVO BALATIPONÉ: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS-VIVÊNCIAS PASSADAS E PRESENTES	21
3.1 Sobre nós, Balatiponé-Umutina	21
3.2 A Casa Grande na aldeia Umutina: história e projetos atuais	26
3.3 Memórias dos antigos “Chefe de Posto” na aldeia Umutina	35
3.4 Os saberes tradicionais, o recomeçar... Diálogos sobre patrimônio material e imaterial da cultura	39
4 O CURRÍCULO ESCOLAR, PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL BALATIPONÉ	43
4.1 Breve histórico da educação escolar indígena até os Balatiponé	43
4.2 Vivências atuais na Escola Jula Paré: a programação da Semana Cultural	46
4.3 Ações pedagógicas na Semana Cultural	53
4.1.1 História do Pai da Mata – dramatização	54
4.1.2 Mãe d’água	56
4.1.3 O mistério da natureza	56
4.1.4 História do Córrego Dezoito	58
4.1.5 O bicho do trovão	60
4.1.6 História do pai do mato	62
4.1.7 Confeção do Hakikano	64
4.1.8 Trançado da Pupurina	66
4.1.9 Trançado da Rede	68
4.1.10 Atividade com língua Balatiponé	69
4.1.11 Grafismo Balatiponé Umutina em Madeira	70
4.1.12 Cerâmica Balatiponé Umutina	71

5 PRODUTO EDUCACIONAL PEDAGÓGICO: LIVRO SOBRE CULTURA MATERIAL E IMATERIAL BALATIPONÉ: UMA CONSTRUÇÃO EM SALA DE AULA.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de um estudo realizado em conjunto com a comunidade escolar, em especial, com os estudantes. Damos ênfase à cultura Balatiponé no que se refere ao patrimônio material e imaterial, presentes na vida do meu povo indígena Balatiponé-Umutina, no contexto escolar. Trata-se de uma proposta imprescindível, no campo da educação, bem como, fundamental para a comunidade escolar e para a aldeia Umutina.

Escolhi o referido tema, com enfoque nas memórias e histórias e no patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé-Umutina, tendo em vista que as práticas desses saberes já são realizadas no espaço da escola, principalmente, na Semana Cultural. Ela acontece no mês de abril, como também, em eventos tradicionais realizados na escola e na comunidade, durante o ano letivo. Portanto, o estudo é relevante nesse processo de conectar e reconectar os registros dos saberes tradicionais e não tradicionais, o enriquecimento e divulgação do patrimônio material e imaterial do meu povo Balatiponé-Umutina. Assim, é importante trazer a cultura para o universo da escrita, fazer uso dos meios da tecnologia, sem perder a nossas raízes, dessa forma, podemos possibilitar a continuidade e o fortalecimento do nosso patrimônio cultural.

É importante destacar que o tema proposto na pesquisa estabelece relação com a educação, visto que essa ação passa pela educação em dois níveis diferentes: o primeiro diz respeito às perspectivas econômicas do trabalho e da subsistência e se relaciona com a formação dos jovens da escola para que possam ser protagonistas, defender e buscar alternativas e a melhoria da qualidade de vida, tendo como ponto fundamental a sustentabilidade do povo e o segundo considera que o registro dos nossos processos históricos, pensando nas gerações futuras, oferece subsídios de trabalho e produção de um produto pedagógico, em interlocução com as discussões sobre o currículo na educação escolar indígena. Nesse sentido, vale ressaltar a importância dessa pesquisa, tendo a participação de diferentes perfis dos indígenas interlocutores da escola e da aldeia Umutina, no âmbito do espaço escolar.

Nessa perspectiva, ao falar sobre a proposta da pesquisa, sinto a necessidade de me apresentar dentro desta construção e o faço pela memória e passos da minha própria vida.

1.1 Sou descendente dos meus avós

Sou neta materna de Elenir Kazakaru Boroponepá e Tomás Boropo Boroponepá, ambos Balatiponé e, por parte paterna, de Ana Monzilar Paresi (Paresi) e Jorge Monzilar (Nambikwara). Meus avós paternos vieram do Utariti; eles foram trazidos para a aldeia Umutina pela equipe de Marechal Rondon. Quando chegaram, tinham mais ou menos entre 12 e 13 anos de idade. Esse relato faz parte da minha memória, ao ouvi-los contá-la quando ainda estavam vivos.

Não conheci meu avô materno. Segundo relato de minha mãe e de meu pai, ele era um (*Barepô*), homem muito trabalhador e dominava os saberes tradicionais da roça, onde plantava de tudo, também dominava os saberes do rio e da mata, desenvolvendo ações de pescaria do timbó, entre outras pescarias e de caça; ainda tinha criação de galinha, boi e porco. Tomas é o nome dado no tempo do SPI, seu nome original é *Boropô*, que na língua Umutina significa “Guardião do céu” o seu sobrenome é Boroponepá¹, que representa a família. Ele era falante da língua materna Umutina. Já Kazakaru é nome indígena da minha avó, esta conheci, mulher guerreira e trabalhadora, acompanhava meu avô nos afazeres da cultura. Eles ficaram órfãos quando crianças e foram sobreviventes da época das doenças e opressões dos *wassi* (brancos).

Os meus avós, por parte de pai, também conheci. Minha avó Ana era uma mulher calma, fazia artesanato, ia na roça com meu avô, ela benzia e era falante nativa do idioma Paresi. Era muito paciente com todos os netos, dava seus conselhos, contava história e tudo que fazia era com muita alegria. Lembro-me que, pela manhã, ia em sua casa e, ao chegar, sempre havia algo para comer, o chamado quebra torto, sempre tinha peixe assado na palha de bananeira com *jolorukwá* (beiju). A imagem que tenho do meu avô é indo para a roça, não sabemos muito da família dele, pois não gostava de falar. É da união dessas duas famílias que nascem meu pai e a minha mãe.

1.2 Nasci de Edson Monzilar e Nice Boroponepá

¹ *Nepá* na língua umutina significa família, grupo, por isso, todos os Umutina têm esse complemento no nome.

Sou a filha mais velha de Edson e de Nice. Quando nasci, encontrei outros irmãos que eram da primeira família da minha mãe. Segundo minha mãe, o início da vida de casada com meu pai não foi fácil, pois ela não era muito aceita, porque já tinha filhos de outro casamento e, principalmente, pelo fato de ser originária do povo Balatiponé-Umutina. Ocorre que as famílias que vieram trazidas por Rondon para a aldeia Umutina, mesmo que eram de outros povos, criaram uma política que se casariam entre eles e isso aconteceu, com exceção da família Ariabo-Bakalana. Meu avô paterno, como já disse, era da etnia do Nambikwara e veio “trazido” na época de Marechal Rondon. Minha mãe conta que de início foi morar na casa do meu avô, mas não deu certo, só melhorou quando eles fizeram a casa deles.

Eles não aceitavam o casamento com os Balatiponé-Umutina e durante algum tempo essa política foi mantida, porém, a partir da segunda geração, os filhos iniciaram os casamentos com outras etnias. Dessa mistura é que nasci, assim sou filha de Boroponepá-Umutina e de Monzilar (mistura de Paresi com Nambikwara). Identitariamente sou Edna Monzilar, da etnia Balatiponé-Umutina.

1.3 Tempo de criança e relações com a escola

Minha vivência de infância foi na aldeia Umutina, lugar onde nasci. Como toda menina, brincava com boneca, a minha era feita de pano por minha mãe. O rio era o lugar de tomar banho e de brincar na água... Era o córrego Dezoito, um riozinho que passa dentro da aldeia Umutina, uma espécie de corixo - uma calha, estrada de água do pantanal - que faz a ligação entre as águas do rio Paraguai. Ele, o córrego, nasce na aldeia e deságua no Paraguai. Esse rio da minha infância secou pela primeira vez em 2 de setembro de 2021. Pescava com meu pai, ia na roça. A noite era companheira, era só ter noite de luar, brincava de roda, brincávamos de ciranda cirandinha, rouba bandeira, queimada. Ao deitar juntos com meus pais, ouvia histórias.

Com minha mãe, observava os afazeres domésticos e a confecção de artesanatos que ela fazia: lindos colares, cestos, brincos, pois era daí que também saía nosso sustento, ela fazia para vender na antiga Arte Índia, um lugar na capital Cuiabá que comprava dos artesões indígenas, porém, atualmente não existe mais. Tudo que sei hoje de artesanato aprendi olhando minha mãe fazer, sempre estava por perto dela quando estava fazendo seus artesanatos. Aprendi com ela a coleta de matérias primas para a confecção de artesanato. Com ela fui aprendendo a ser Balatiponé-Umutina.

Entrei na escola com 7 anos e a aprendizagem tinha como foco o português e a matemática, lembro-me com tristeza que era preciso decorar a tabuada e quem não acertava tomava a famosa palmatória. Tomei várias palmatórias... Meu pai não gostava que nós, as suas filhas, apanhássemos e, às 4 horas da manhã, acordava-nos para tomar a tabuada, de 2 a 9, se errássemos, tínhamos a orelha puxada. Durante uma hora meu pai tomava a tabuada. Às 5 da manhã, parávamos com a tabuada para iniciar a socar arroz no pilão para deixar pra minha mãe fazer o almoço, também pegávamos água no córrego Dezoito pra deixar tudo pronto pra a mamãe. Depois, em seguida, tomávamos banho para, às 7 horas, estarmos na escola.

A escola significava ler, escrever, decorar, somar, multiplicar, subtrair e dividir, não tínhamos voz para nada, nada... lembro-me daquela mesa grande, todos nós em fileiras, o silêncio absoluto. Meus pais acreditavam que estudar podia nos levar a uma vida melhor. Isso ficou gravado na minha memória.

Em 1984, tinha terminado a antiga 4ª série na aldeia e como aqui só tinha até a quarta série, continuei meus estudos em Cuiabá, no ano de 1985, onde fiquei apenas seis meses. Retornei para a aldeia e continuei os estudos em Barra do Bugres, na escola Júlio Miller. O meu retorno, em julho de 1985, se deve a um fato constrangedor vivido na casa que me acolheu, pois com 12 anos de idade, me vi sob pressão e sem garantia de segurança aos direitos que tinha como adolescente, pois fui desrespeitada e tive medo, relatei o acontecido ao meu pai e, por decisão da família, voltei para minha casa.

Não havendo na aldeia possibilidade de continuidade dos estudos, fixei residência em Barra do Bugres, até o ano de 1988. Nesse período, vivi outro tipo de dificuldade, comecei a vivenciar o preconceito, tudo diferente, estudantes, professores... Era muito difícil a minha vida! Nem gosto de lembrar, não estava indo bem na escola.

Retornei para a aldeia no ano de 1989, onde começa outro percurso da nossa vida. Nesse período, foi um ir e vir da aldeia até a cidade, percorríamos 30 quilômetros diários, 15 para ir e 15 para voltar. Fazíamos o percurso como dava, por água (barco), de carro, de trator, a cavalo e, muitas vezes, fomos andando da aldeia até a cidade.

1.4 Formação acadêmica e profissional

Iniciei a formação para a docência na Escola Júlio Miller, no ano de 1994 e encerrei no ano de 1996; foram três anos do curso magistério. Agora outros desafios estavam por vir em minha vida, pois com o diploma na mão, não tinha vaga para professor na aldeia. Assim,

fui me aventurar na cidade, em busca de serviço, distribui meu currículo, mas não consegui atribuições em sala de aula. Para não ficar desempregada, fui trabalhar de garçonne num famoso restaurante no centro de Cuiabá e, em todo esse percurso, jamais esqueci que sou Balatiponé-Umutina. Dentro dessa construção histórica, tive uma filha, no ano de 1998 e dediquei parte da minha vida para cuidá-la.

Em 2001, fiz inscrição para professora na rede municipal, fui classificada e fui trabalhar numa comunidade rural chamada Jatobá. Fui a primeira professora a dar aula nessa comunidade. Foi um período desafiador, principalmente porque naquela comunidade nunca tinham visto indígena de perto, ainda mais mulher e professora. Testaram-me de todas as formas, mas depois, com a convivência, foram tendo confiança em mim, principalmente no ensino e aprendizagem. No ano seguinte, desenvolvi minha prática docente em outra comunidade, chamada Cambará. Só vinha em casa no final do mês. Voltei para a aldeia em 2003. Essas experiências contribuíram para o meu aperfeiçoamento docente. A minha saída da aldeia sempre esteve ligada a uma condição de sobrevivência.

Em 2001, saíu o vestibular para o 3º Grau Indígena e mesmo estando desenvolvendo atividades profissionais fora da aldeia, recebi todo o apoio da comunidade para fazer o vestibular. Fui aprovada e, ali sim, posso dizer que de fato pude conhecer minha verdadeira identidade, minha história e todo o contexto do meu povo Balatiponé Umutina, vivenciar o que de fato aconteceu com meu povo, pois começamos a pesquisar, vasculhar o que tinha sobre nós, Balatiponé, as feridas, as cicatrizes, foi uma experiência identitária com o movimento de mergulhar no passado e tentar entender o presente.

Terminei a graduação em Ciências Sociais pela UNEMAT, no antigo 3º Grau Indígena, hoje, Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI). Fiz junto com a minha irmã Eliane o trabalho de conclusão de curso: “A mudança do povo Umutina da aldeia Humaitá para aldeia Umutina”. Em 2007, fui convidada para dar aula como professora auxiliar no projeto Hayô, mas acabei dando aula como professora titular, uma experiência fantástica, conheci vários parentes lá na cidade de Juína, norte de Mato Grosso. Ainda em 2007, iniciei a pós-graduação em Educação Escolar Indígena, nível *lato sensu*, pela UNEMAT e concluí em 2009, com a produção do trabalho: “Comida tradicional do povo Balatiponé-Umutina”.

Em 2007, no estado de Mato Grosso, saíu o primeiro concurso para professores indígenas; fui aprovada e me efetivei na escola Julá Paré.

Em 2012, fui eleita Diretora da Escola Estadual Indígena Julá Paré, onde fiquei por quatro anos na gestão. Essa foi outra experiência muito boa e importante para nós indígenas, pois foi a oportunidade de entender esse sistema no qual a Escola Indígena é inserida.

Em 2020, inicia o primeiro programa de pós-graduação, em nível de Mestrado para indígenas; ingressei na segunda turma, a do ano de 2021, na linha de pesquisa “Ensino Docência e Interculturalidade”.

Neste ano de 2023, com um novo modelo de ensino na Escola Jula Paré, em ensino de Tempo Integral, denominada, também, Escola da Escolha, estou como Orientadora de Área na parte Diversificada.

1.5 Organização da Dissertação

Esta dissertação faz parte, portanto, da linha de pesquisa, “Ensino, Docência e Interculturalidade” e está organizada em três seções: a primeira é esta seção introdutória, onde apresento a justificativa da pesquisa e a minha biografia, na construção da minha identidade Balatiponé e da minha identidade de professora. A segunda seção tem como título “Indagações, objetivos, sujeitos da pesquisa e os movimentos metodológicos”, nesta parte, apresento as motivações do estudo em questionamento, os objetivos da pesquisa e como foi realizada. A terceira é sobre o meu povo Balatiponé: memórias e histórias-vivências passadas e presentes. Nela, abordo a história e a memória, apresentando o meu povo, a história de contato, a casa grande e a relação dela com a história e a memória Balatiponé-Umutina, com discussões sobre conceitos de patrimônio material e imaterial. A quarta seção discute o currículo escolar, patrimônio cultural material e imaterial Balatiponé, apresentando a história da educação escolar indígena, na aldeia Umutina e as práticas pedagógicas realizadas na Semana Cultural. Por fim, a quinta seção apresenta o produto pedagógico do mestrado.

De modo geral, esta dissertação aponta que as vivências pedagógicas na semana cultural são compromissos dos educadores em fazer acontecer um currículo específico, diferenciado e próprio dos Balatiponé.

2. INDAGAÇÕES, OBJETIVOS, SUJEITOS DA PESQUISA E OS MOVIMENTOS METODOLÓGICOS

O ponto de partida para a realização desta pesquisa consistiu em me abrir para o diálogo e ouvir os sujeitos da pesquisa, como também em me colocar na condição de observadora para trazer à tona como são os modos de interação das práticas culturais na Semana Cultural que a escola Julia Paré realiza. Outra atitude foi, em escuta, atentar-me para as memórias e histórias relativas ao passado e presente; colocar-me no exercício de vivenciar o olhar holístico, buscando compreender que vivemos em uma sociedade intercultural e dinâmica e, nesse processo de ressignificação, temos que valorizar, fortalecer e divulgar as nossas práticas de saberes, nossa cultura material e imaterial.

Diante da proposta da pesquisa, é importante fazer algumas indagações que têm orientado o trabalho em questão: Qual a importância da Semana Cultural na educação escolarizada e na aprendizagem do patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé? Quais as expectativas e participação dos jovens Balatiponé nas práticas culturais do patrimônio material e imaterial? Como se dá essa relação/inter-relação no espaço do ambiente escolar?

A partir dessas perguntas, foram elencados os seguintes objetivos:

- Compreender as relações pedagógicas e como se dá a inclusão da cultura material e imaterial do povo Balatiponé no currículo escolar da escola Julia Paré;
- Descrever e desenvolver o registro de elementos de patrimônio material e imaterial que faz parte da cultura do povo indígena Balatiponé;
- Dialogar e ouvir os jovens, os anciões, lideranças e cacique sobre a importância da aprendizagem da cultura material e imaterial.

A pesquisa contou com diferentes colaboradores/sujeitos, que foram os estudantes da escola Indígena Julia Paré do ensino Fundamental e ensino Médio, professores, anciões e lideranças.

A referida pesquisa foi dialogada com os estudantes, explicando como seria realizado o trabalho e atividades, desde o início até a sistematização. Então aconteceu a pesquisa com os detentores daquele conhecimento e, em seguida, a descrição e atividades com ilustração e texto pesquisado e escrito pelos estudantes.

O movimento metodológico contou com a pesquisa qualitativa, participativa e colaborativa. Sobre isso, Menezes (2019, p.19) aponta que “[...] no contexto escolar, para uma

aprendizagem mais eficaz é necessário ser mais colaborativa e menos competitiva, mais socialmente construída e distribuída e menos centrado na figura do professor”. Quanto à pesquisa de cunho participante, Brandão (2006) explica que fazer pesquisa participante é compartilhar saberes, já a pesquisa de cunho etnográfico, segundo Marli André (2005) registra como é desenvolvida as ações de ensino e de educação junto com os estudantes.

A pesquisa foi desenvolvida a partir das referências e abordagens da educação. Ela comporta relatos dos anciões, dos jovens da escola, das lideranças, atividades de oficinas, informações obtidas por entrevista, por observação participante e fontes bibliográficas produzidas por indígenas relacionadas ao tema do projeto. Assim, este trabalho de pesquisa desenvolveu atividades sobre os saberes e fazeres culturais do povo Balatiponé-Umutina, como a organização pedagógica, que contou com a participação dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio, organizando produções escritas que abordassem o patrimônio material e imaterial. A pesquisa seguiu três etapas: na primeira etapa, fizemos a pesquisa bibliográfica de documentos históricos, materiais produzidos pelos estudantes e leituras sobre o povo Balatiponé-Umutina; a segunda etapa esteve relacionada ao trabalho de campo, com a participação dos estudantes, atividades em grupo, realização de coleta de matéria-prima para a confecção de artesanato, narrativas que foram registradas a partir de entrevista com anciões, lideranças, professores(as), com o uso de celulares e máquina digital. Nesse percurso, catalogamos, identificamos e registramos o significado com a produção textual da cultura material. Por fim, na terceira etapa fizemos a organização, sistematização e apresentação da pesquisa para, posteriormente, ser publicada como um instrumento da literatura Balatiponé, com a finalidade da preservação e fortalecimento do patrimônio cultural de nossa comunidade. Essas atividades contaram com oficinas, ilustração de desenhos, fotos, roda de conversa, dentro da sala de aula, assim como no espaço externo da escola, tendo uma interação dinâmica no processo de ensino e aprendizagem dos jovens estudantes da escola Jula Pará. Faz parte, também, da terceira etapa, a organização sistemática e apresentação da pesquisa, com a elaboração de um produto educacional, um instrumento didático/literário de preservação e fortalecimento do patrimônio da comunidade da aldeia Umutina. Desta forma, a pesquisa teve a finalidade de dar visibilidade às nossas práticas culturais, material e imaterial.

O instrumento de maior potencial na realização deste estudo é a memória e a oralidade, pois sempre foram esses elementos, juntamente com o tempo, que mantiveram as práticas culturais, material e imaterial, mesmo que estas tenham passado por mudanças. A memória, o tempo e a oralidade são elementos, para nós, indígenas, muito significativos.

Em relação a isso, Kambeba (2018, p. 38) afirma que:

[...] passaram-se os anos, povos conheceram a escrita e ela tornou-se uma ferramenta importante na luta pela manutenção da cultura indígena, facilitando o registro de conhecimento que até então era transmitido pela oralidade. Com a escrita nasce a “literatura Indígena”, uma escrita que envolve sentimento, memória, identidade, história e resistência.

Quando um pesquisador, um estudioso, um teórico estuda ou pesquisa um povo indígena, deve levar em conta tudo isso que o autor descreve, ou seja, que o registro, a escrita são fundamentais nessa conjuntura que estamos vivendo, onde existe um “dominador”. Nesse sentido, a escrita tornou-se uma arma para os povos deixarem registrados sua história, seus saberes, suas vivências e a história de seus ancestrais. Sabemos que não é fácil, é um processo desafiador, mas é preciso estar nesse meio para que nossa história possa ser falada e respeitada.

3 O POVO BALATIPONÉ: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS-VIVÊNCIAS PASSADAS E PRESENTES

Os caminhos da pesquisa levaram-nos a construir uma reflexão acerca da memória e da história, assim, apresento o povo Balatiponé numa relação de passado e presente e também trago a memória dos chefes de posto e a sobrevivência da cultura tradicional.

3.1 Sobre nós, Balatiponé-Umutina

O nosso povo Umutina autodenomina-se Balatiponé, que na língua materna significa “povo novo” e *Bolorie* é um termo usado pelos nossos ancestrais. Já para os não indígenas, éramos conhecidos como “Barbados” por usarmos, antigamente, longas barbas que, muitas vezes, eram feitas de cabelos de bugios. Isso eles faziam a partir de seu cotidiano. Segundo a história que nossos avós contam, nosso povo estava sempre se deslocando de um lugar para outro, em busca de alimentos, de matérias-primas para fazer adornos para as festividades. Para eles isso era normal e, em um determinado tempo, paravam em algum lugar para fazer seus rituais para agradecer a *Haypuku* (Deus).

Por esse motivo, nosso povo foi chamado de nômade, porque fazia essa movimentação constante para fazer roças e plantar para alimentação no dia a dia. Também caçavam, pescavam e eram grandes coletores de frutas, produtos nativos silvestres para sua alimentação. Os *wasse* (branco) não entendiam esse percurso que o povo fazia, isso porque também não compreendiam e não compreendem ou não querem compreender que todo o território brasileiro é território dos povos originários. Faziam seus rituais, principalmente, na época da colheita do milho (Adoê), momento em que realizavam muitas danças, cada qual com seus adornos para aquela ocasião, tanto para dança quanto para os cantos. Para essa ocasião, também havia preparação para esses rituais, caçavam e pescavam para agradecer e homenagear a *Haypuku* (Deus), que consideramos o Criador do Mundo e tudo que nele existente. Nós, os Balatiponé, sempre tivemos nossa maneira de pensar, entender e agir no mundo e acreditar no *Haypuku* (Deus) em toda sua cosmologia e prática cultural.

O meu povo sempre manteve essa relação com a natureza, com a espiritualidade, tanto material como imaterial. Sempre teve uma maneira peculiar a origem de cada elemento que tem a natureza, desde a criação do mundo quanto a tudo que nele existe, sempre acreditou e acredita no ser superior, sagrado, encantado e invisível, mas de muito poder.

Sobre isso, Monzilar (2019, p.276) afirma:

O Universo dos Umutina perpassa o processo de aquisição de saberes e das mudanças culturais que foram feitos para se adaptar o mundo moderno. Nesse processo transformando suas práticas do bem e do mal, fazendo advir uma cosmologia resultante do contexto atual. O que eu chamo de cosmologia aqui é tratado como espiritualidade e cultural nos termos usado no geral pelo Umutina.

Quando a autora relata essa concepção que nós, Balatiponé, possuímos e vivenciamos, em relação às nossas práticas, vale ressaltar que as mudanças que vêm ocorrendo, ao longo do tempo, não deixaram o povo desacreditado da cultura, mesmo não sendo praticada, pois estava ali guardada na memória de cada pessoa.

Ainda sobre isso, Monzilar (2019, p. 276) descreve que:

Nesta cosmologia existe a crença de que as almas dos mortos incorporam-se em certos animais, especialmente, aves, os Umutina, mantinham em suas casas aves domesticadas aves como; Tuiuiú, gaviões, mutum e arara. Essas aves eram tidas como “portadoras de Almas” dos entes queridos, por isso criavam com cuidado, acreditavam que após a morte dos parentes as aves eram “portadores de almas”.

Para entender essa relação natureza e o que existe nela, como por exemplo, as aves que para eles eram “portadores de almas”, é importante vivenciar e mergulhar na história narrada pelos anciões, pois são eles os detentores desse conhecimento, de ter a sabedoria de falar com a natureza, com os espíritos através dos sonhos no espaço que ele vive. Portanto, é nos rituais que os Balatiponé agradecem pela vida, pela fartura ou quando tem um ente querido doente para buscar seu espírito e trazê-lo de volta para seus familiares. Ouvi isso muitas vezes dos meus avós.

O povo Balatiponé sempre acreditou num ser supremo que é *Haypuku* (Deus) e tudo que existe na natureza foi dado por esse ser superior, por isso, acreditamos que tudo tem o seu dono, como os bichos, peixes, aves, tudo. A espiritualidade do povo está nas danças culturais, é ali que o povo agradece, faz seu pedido, para uma boa produção de suas roças e plantação; agradece pela fartura, pela vida e também quando alguém da família está doente para que ela venha a ser curada.

O povo faz oferenda com bichos, peixes (haré) moqueados e a *jolorukwa* (bebida) para oferecer aos espíritos e a *Haypuku* (Deus), acreditando que os espíritos bons venham proteger e curar de enfermidades, fortalecendo cada pessoa que participa dos rituais, e de toda a comunidade.

Monzilar, (2019, p.278) explica que:

[...] a espiritualidade indígena é intrínseca ao modo de viver, antes as pessoas tinham uma reverência aos esses seres que habitava o seu mundo. Quando chegaram os brancos começaram a mudar, trouxeram a religião, veio primeiro a igreja católica e depois a igreja evangélica. Hoje observa-se que alguns jovens refutam a prática de benzer, porém parte da juventude acredita que é imprescindível conhecer e repassar esse conhecimento.

E meio a todo esse contexto, pelo qual nosso povo vem passando, a Escola vem e está discutindo e dialogando não somente os estudantes, como também, com os pais para a valorização da cultura como um todo. Ao mesmo tempo, temos todos os tipos de gargalos, mas é fundamental o conhecimento e saberes do povo Balatiponé em toda a sua essência de explicar e conhecer essa relação homem e natureza como ser vivo.

Segundo Corezomaé (2017), as primeiras informações sobre os Balatiponé-Umutina se deram em 1867 e se consolidaram de 1911 a 1912. A história do nosso povo se dá desde o vale do rio Sepotuba até a baixada cuiabana. Depois dos ataques frequentes por parte dos colonizadores, foram estreitando seus percursos e se fixaram na atual aldeia Umutina, onde começaram a plantar, criar animais, confeccionar roupas e sapatos com os não indígenas que aqui chegaram para a chamada “pacificação”. Este termo era usado pelo chefe da comissão de Rondon, tendo em vista que essa comissão estava levando a linha telegráfica para o Norte de Mato Grosso. Ao se encontrarem com os seringueiros, esses deram os vestígios dos Balatiponé-Umutina, pelo fato de estarem sempre de brigas com eles, marcando seu território. Esse fato ocorrido nos anos de 1911 e 1912, segundo os anciãos, atualmente já foi escrito por vários acadêmicos e o contato com os *wasse* (branco).

Após o contato, ocorreram mudanças trágicas, foram perdendo devido à proibição que sofreram com os (*wasse*) brancos. Foi muito opressiva a história dos Balatiponé e das etnias que chegaram, a partir da década de 1930, como os Paresi e Nambikwara. Naquele tempo, tinham que obedecer a ordem do chefe de Posto em tudo que eles tinham que fazer, proibiram de praticar a cultura e a língua. Por esse processo histórico do passado do nossos ancestrais, hoje não somos falantes da nossa língua ancestral.

Mais tarde, vieram outros povos para a aldeia Umutina. Tanto os Balatiponé quanto outros povos que aqui chegaram, além do choque entre as culturas, também foram proibidos de praticar a língua indígena. Atualmente, no território Umutina, convivem pessoas de dez etnias do estado de Mato Grosso: Balatiponé, Paresi, Nambikuara, Bakairi, Bororo, Kayabi, Manoki (Irantxe), Chiquitano, Paíter Suruí, Terena e os *Wasse* (não indígenas). Toda essa diversidade de povos e descendentes se autodenomina como povo Balatiponé, desde o

nascimento, vivência que nos torna e nos reafirma como povo originário desde lugar, os Balatiponé.

Canclini (2010, p.21) afirma que:

En la actualidad menos 10 por ciento de la población de América latina es indígena. Son minorías también las comunidades de origen europeo que no se han mezclado con los nativos. Pero la importante historia de fusiones entre unos y otros requiere la noción de mestizaje, tanto el sentido biológico – producción de fenotipos a partir de cruzamientos genéticos- como cultural: mezcla de hábitos, creencias y formas de pensamiento europeos con los originarios de las sociedades americanas. No obstante, este concepto es insuficiente para nombrar y explicar las formas más modernas de interculturalidad.

Sabemos o quanto a América Latina sofreu na história com a dizimação dos povos indígenas e é isso que faz com que sejamos poucos na atualidade e os europeus e os brancos de origem também são poucos e, mesmo que tenha havido violência, há também uma fusão de mundos, de culturas. E pelo fato de ocorrerem essas fusões, não significa que se implantou a interculturalidade, como afirma Canclini, pois mesmo que tenham acontecido essas fusões de diferentes formas, não foram suficientes para se fazer a interculturalidade. Por isso, é que reconhecemos o desafio que é ser Balatiponé-Umutina. O nosso povo sempre lutou e continua lutando pela identidade, cultura, valores e direitos como um todo.

Tem sido um desafio para meu povo dialogar com toda a diversidade presente na aldeia, pois são várias histórias que se encontram e que afirmam uma identidade Balatiponé-Umutina, porque isso resulta de um movimento de negociações e mesmo de interculturalidade assumido por nós.

Compreendo que já temos resultados significativos dessas conquistas que a todo o momento, no território, na aldeia e, inclusive, na escola, juntamente com a comunidade, acontece a resignificação da nossa história para que as futuras gerações possam saber contá-la, como também praticar no cotidiano, mesmo diante de tanta diversidade.

Historicamente, muda todo o contexto cultural, social e econômico do povo Balatiponé. Depois disso, também vieram as doenças, como: coqueluche, tuberculose, sarampo, entre outras epidemias que quase dizimaram por completo o nosso povo. Os poucos que ficaram foram guerreiros, enfrentaram tudo que aconteceu no processo de colonização com os *wasse* (brancos) e, atualmente, por uma política do meu povo, o número da população sempre vem aumentando.

Nós, Balatiponé, assim como outros povos originários, fomos atingidos por doenças epidêmicas, durante o contato com os não indígenas, no processo de colonização do oeste

brasileiro. As ações das frentes de expansão e colonização, em nome da “civilização”, atingiram os povos indígenas, transmitindo várias doenças, entre elas, coqueluche e o sarampo.

Em decorrência deste fato e, como forma de estratégia, o meu povo fez tanto a utilização de medicina tradicional, como também, foi atendido na saúde dos *wasse*. Tanto o uso da medicina tradicional, quanto o uso da medicina do *wasse* ajudou com que o meu povo fosse aos poucos se recuperando. Outra estratégia foi que algumas famílias, para não pegarem as doenças, foram para outras localidades e fundaram aldeias novas, explorando novos lugares do território, visto que este é rico em biodiversidade. Nos lugares onde ficaram, exerceram suas especialidades em plantações para o autossustento.

Atualmente, nosso povo Balatiponé-Umutina está localizado no Território Indígena, a 180 km de Cuiabá, capital de Mato Grosso, no município de Barra do Bugres, numa área de 28.120 hectares, entre os dois rios Bugres (na língua Balatiponé de *Xopô*), à esquerda e à direita o rio Paraguai (na língua Balatiponé de *Laripô*).

Nossa população atual é de aproximadamente 640 pessoas, entre crianças, jovens e adultos, distribuída em pequenas aldeias: a Central Umutina, Bakalana, Massepo, Adonai, Águas Corrente, Uapo e as novas aldeias, Amoroso, Acorizal, Alto Retiro, Amaju, Cachoeirinha, Corezomaé, Boropo, Barreiro, Katamã, Jukuitá, São José e Vale do rio Bugres.

A língua Balatiponé-Umutina é classificada na linguística como pertencente ao tronco Macro Jê. Como já foi citado acima, sobre a história do meu povo, não somos falantes do nosso idioma, devido ao fato histórico que o povo sofreu no processo de colonização. Esse percurso foi desastroso e violento, pois nesse período foi produzido o silenciamento. Essa violência é chamada por alguns autores como genocídio linguístico, ou seja, “genocídio linguístico sobre os quais se erigiu, no Brasil, uma concepção de cidadania baseada em uma única língua, a portuguesa” (MORRELLO, 2016, p.431). Essa violência fez com que muito se perdesse no caminho, ficamos sem aprender a língua e muitos anciãos do nosso povo que sabiam alguma coisa já se foram.

A língua para nós é uma política de identidade, todo dia procuramos entender e aprender mais. Nesse projeto de reconhecimento da nossa própria língua, a escola que antes era opressora, hoje é libertadora e protagonizada pelos próprios professores Balatiponé. Começamos a fazer parte desse movimento de retomada e de ressignificação da língua na escola. Foi e é um trabalho para o qual a comunidade tem grande importância. Temos, atualmente, amparada nos termos legais no nosso Projeto Político Pedagógico (PPP) e na Matriz Curricular, a língua Balatiponé, onde os professores da área de Linguagem e outras

áreas trabalham em conjunto com as demais áreas do conhecimento. Temos convicção de que a língua, dentre outros elementos, é muito importante na escola, como também, na comunidade, nesse processo de renascimento, retomada de traços da língua, da resignificação. Essa é uma ação muito desafiadora e tudo que a escola já faz é significativo. Nossos filhos/estudantes já falam palavras soltas, relacionadas aos animais, pássaros, peixes, frases e pequenos textos. Nosso projeto é sempre continuar fortalecendo e valorizando a nossa história, como também, a cultura e a identidade Balatiponé.

3.2 A Casa Grande na aldeia Umutina: história e projetos atuais

Quando nossos antepassados Balatiponé saíram do Posto Velho, o primeiro lugar com os não indígenas, foram para outro lugar, às margens direita do rio Paraguai, onde foi denominada de *Umaitá* (lugar), pois procuravam outro lugar para permanecer, devido a tudo que estava acontecendo naquele lugar. Era muito bonito, porém, a água não era limpa, era perto da cidade e, naquela ocasião, estava morrendo muita gente devido às doenças, epidemias que estavam acontecendo ali.

Conforme Monzilar (2006, p.14), “[...] a partir da convivência com os ‘brancos’ que estava ‘pacificando’ e pelo outro modo de vida, chega também as doenças como: sarampo, coqueluche, pneumonia, tuberculose, entre outras, que praticamente quase dizimou toda essa população”.

Esse foi um dos motivos que os levaram a procurar outro lugar para fazerem novas moradas. E quando chegaram à atual aldeia Umutina, antes Fraternidade Umutina, primeiro fizeram uma imensa roça, onde plantaram muito arroz e milho; porém, antes de fazer a colheita, também fizeram uma enorme casa de pau a pique coberta de palha para guardar seus mantimentos. Depois disso e porque também gostaram do lugar, devido à água do córrego ser bem clara, acharam por bem fazer então a aldeia.

Assim, se estabeleceram, cultivaram a roça e depois fizeram a Fraternidade Umutina porque receberam, além dos Balatiponé-Umutina, indígenas de outros povos como Paresi, Nambikwara, Bororo, entre outros e só depois disso é que ficou sendo aldeia Umutina. No período da Fraternidade Umutina, foi construída a Casa Grande (Fig. 1).

Muitas vezes ouvi o meu pai e outros mais velhos contarem que esta casa foi construída no início da década de 1940, na administração da Comissão Rondon/SPI – Serviço de Proteção ao Índio. Antes de construir esta casa, os homens desta comissão, Epifânio,

Norberto e José Valeriano, ensinaram os indígenas da época a fabricarem tijolo e telha, isso acontecia na ponta lá da ilha. Depois foram para *Umaitá*, onde moravam e trabalhavam nessa prática, até ser fundado o Posto Fraternidade Indígena.

Figura 1 - Casa Grande



Fonte: Eliane Monzilar, 2022

A estrutura física da Casa Grande foi construída com paredes duplas, bem como esteio de aroeira, porque construção desse tipo era estratégica para evitar invasão, uma vez que na região havia muitos conflitos por causa da poaia e da seringa. Esta casa servia para abrigar os funcionários do SPI e depois a FUNAI também deu apoio para os indígenas que precisavam de ajuda com documentos, relatos da chegada de outros povos que vieram para a Fraternidade Umutina, a partir da década de 1930.

Ao longo do tempo, esta Casa serviu de grande utilidade para guardar documentos da população Balatiponé-Umutina como: registro do território, documento da Funai, arquivos importantes das Lideranças desse povo. Joaquim Bezerra de Melo Primo chegou como atendente de enfermagem, mais tarde foi nomeado como chefe do Posto. As pinturas que estão nas paredes desse Casarão foram feitas por ele.

Como os Balatiponé já sabiam confeccionar e fabricar tijolos, pois aprenderam com os não indígenas (*wasse*), lá na beira da ilha e depois no *Umaitá*, começaram a construção das casas da aldeia. Todos os materiais utilizados na edificação das casas eram retirados do território pelos próprios Balatiponé. Os pilares eram feitos da madeira da aroeira; tijolos e telhas eram feitos com a argila do lugar, produzidas em *Umaitá* e depois trazidos de carro de

boi até a aldeia Umutina. Essas construções foram feitas por volta da década de 1940, e essas marcações estão datadas até hoje no piso das construções antigas que ainda estão em pé. Assim, datam entre os anos de 1943 e 1945. Conforme relato de Edson Monzilar, foram feitas 12 casas; a primeira casa a ser construída foi uma casa administrativa que é conhecida como Casa Grande, onde ficava o chamado Chefe do Posto, nome atribuído ao funcionário do SPI (Serviço de Proteção ao Índio). Mais tarde, com a saída do SPI, a Casa Grande se tornou espaço ocupado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio).

Ao mesmo tempo em que a Casa Grande foi construída, também foram edificados a escola (Fig. 2) e o posto de saúde. A antiga escola recebeu o nome de Otaviano Calmon, nome de um funcionário do antigo SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

Figura 2 - Antiga Escola



Fonte: Monzilar, 2022

As demais casas desse grupo de 12 eram de moradia para os Balatiponé que já tinham contato com os não indígenas, ‘os brancos’.

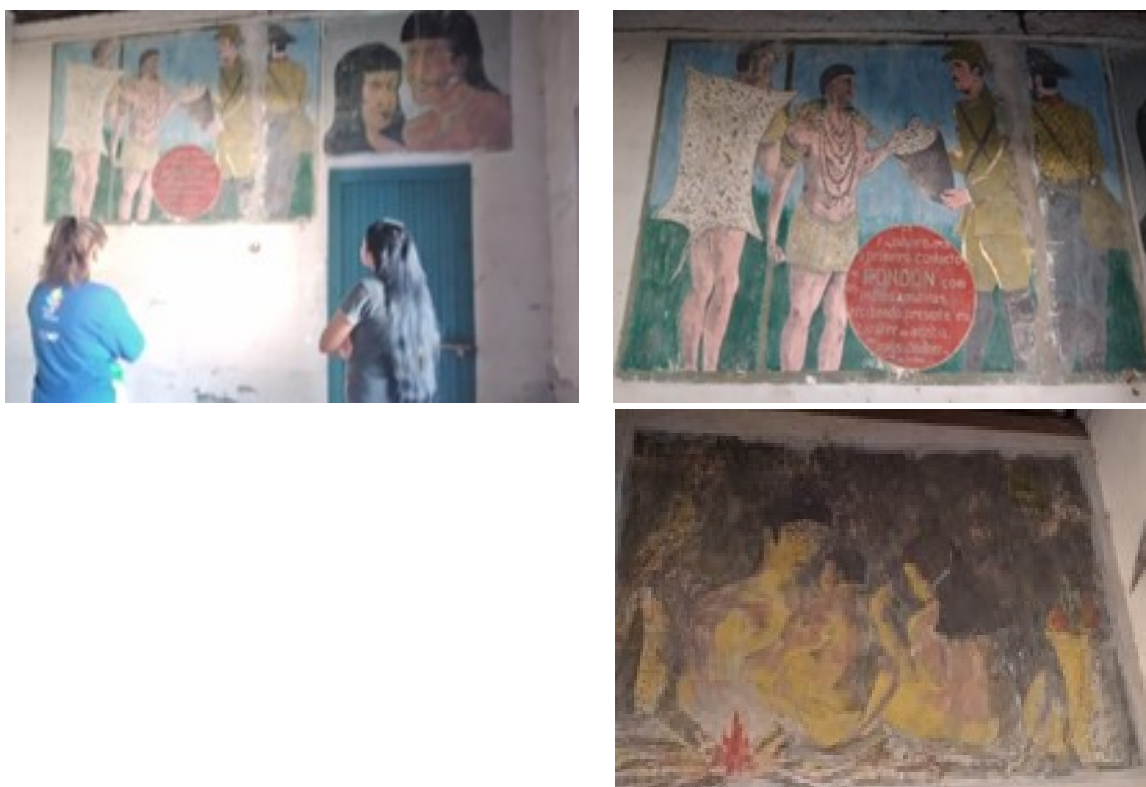
Reafirmo que as casas foram feitas pelos Balatiponé, em obediência aos comandos dos wasse ‘brancos’ que, naquele tempo, eram obrigados a realizar as ordens desses “chefes”. Quando criança, compreendia, pelos relatos dos mais velhos, que todo movimento de trabalho era feito por gosto dos Balatiponé, mas com a pesquisa passei a compreender que se tratava de um tipo de servidão. Mesmo trabalhando e produzindo roças com produtos para escoamento e venda na cidade, todo o controle era feito pelos chefes e capitão de cada espaço de trabalho, por exemplo, capitão da roça, capitão da pecuária, capitão da criação de galinha, capitão da

criação de porco. Os capitães eram indígenas cooptados para essa ação ou não indígenas que eram contratados na cidade de Barra do Bugres.

Entendo ser importante aqui descrever a estrutura e organização da Casa Grande. Na Casa existe uma sala bem grande, um quarto, cozinha, refeitório bem no meio, também há um quarto de hóspedes e um escritório. É toda feita de alvenaria, tijolinho maciço e, como já foi explicado, os pilares são de madeiras retiradas do próprio território, as janelas também são de madeiras com alguns detalhes em linha reta. A casa é pintada, meia parede é de cor azul e em cima de branco.

Dentro da sala têm lindas pinturas na parede e, segundo relatos, foi um chefe do Posto que pintou, Joaquim Bezerra de Melo Primo, ele também pintou a escola e a farmácia. Na farmácia, não existe mais a pintura, porque foram feitos reparos e acabaram cobrindo a pintura que nela havia. A pintura da casa grande (Fig.3) representa o encontro dos não indígenas com os Balatiponé, obviamente, sob o olhar do chefe da época.

Figura 3 - Pintura da sala da Casa Grande





Fonte: Edna Monzilar, 2022

A imagem acima representa um contato amigável, no entanto, os anciãos do meu povo relatam que não foi assim tão amigável. Segundo relato de Edson Monzilar, que atualmente tem 73 anos, essa pintura teve a finalidade de agradar o seu superior, “[...] pois o chefe gostava muito de pintar e para mostrar que estava trabalhando, que gostava de seu trabalho é que fazia essas pintura, fez também na escola e na farmácia, mais com o tempo a farmácia foi reformada e não tiveram o cuidado de deixar a pintura e acabou se perdendo por isso é que fez a pintura. A pintura que foi feita não é do povo Balatiponé, fez de uma indígena do povo Bororo com cortes de cabelo frente reta e com brincos de pedaços de madeira”. Ou seja, o retrato da mulher se trata de uma indígena de outro povo.

Segundo José Felisberto, quando “[...] tinha mais ou menos 12 anos de idade conversou com o chefe sobre a pintura e ele explicou que a índia era do povo Bororo, pois ela era muito parecida com os Umutina e ele quis homenageá-la”. “Que era uma mulher que lutava em vários aspectos que naquele tempo acontecia e não aceitava ver coisas errada sempre estava questionando com as “autoridade”, da época, além de ser muito bonita”.

Ao descrever a imagem da parede, observo que há no lado direito outra mulher dando ou presenteando o não indígena com um cesto cheio de peixe. Em diálogo com o senhor Edson e José Felisberto, essa ação seria quase improvável, pois naquela época, esse não era o costume da mulher Balatiponé.

Nessa descrição, vou andando nos cenários da casa e identifico que ao entrar na casa, do lado esquerdo, encontra-se uma pintura de onça pintada e mais embaixo uma mulher e um homem com uma faca apontando para a onça. Pressuponho que ele está em defesa da mulher, o que demonstra a coragem Balatiponé no enfrentamento a esse animal, que naquela época era em maior número e representava grande perigo. Na atualidade, os homens Balatiponé, quando

vão fazer a dança, trazem um couro de onça pintada nas costas, representando a coragem, por conta de diversos enfrentamentos e conhecimento da vida e cultura Balatiponé (Fig.4).

Figura 4 - Danças com couro de onça nas costas



Fonte: Edna Monzilar, 2022

Na pintura, ao lado da pintura da onça, também tem outra pintura com mulheres, homens e crianças na beira de um fogo, pássaro e cesto que representam o cotidiano do povo na aldeia. Todas essas artes que têm na grande sala objetivam narrar o contato da Comissão Rondon com os Balatiponé, no início do século XX.

Ouçõ nos relatos dos mais velhos que o escritório era um lugar onde se reunia o “Chefe”, junto com os Balatiponé que eram capitães de serviços para chamar atenção ou punir alguém-Balatiponé quando a este faltava a obediência. Mas também, era lugar de organizar o que iria fazer de trabalho no dia seguinte. *“Naquele tempo era assim, tudo era o “chefe” que decidia, o que iriam fazer, ai ordenava os capitão de serviço, seja de gado, roça, ou mutirão com a comunidade, nesse lugar é que na maioria das vezes resolvia os problema que o chefe via, e lá mesmo também resolviam fazer qualquer tipo de festa que tinha ou também quando era para comemorar alguma coisa na aldeia, mas essas festas não era da cultura Umutina, mas davam churrasco e recebiam visitantes brancos”*. Tudo que acontecia dentro da comunidade era na Casa Grande que resolvia e decidia, porque era ali que o “chefe” ficava.

Essas pinturas retratam a passagem da Comissão Rondon pelo nosso território.

As narrativas dos anciões demonstram que o meu povo viveu uma época de servidão e, apesar das mazelas que vivenciaram, tiveram que aprender a praticar atividades que não eram do cotidiano Balatiponé naquela época.

Essa casa faz parte da história do povo Balatiponé, histórias vivenciadas por muitos que já não estão mais entre nós, mas que fizeram parte do processo da construção das casas e da história do povo. A Casa Grande (Fig. 5) habita a memória do meu povo; ela é a marca de um tempo e já foi lugar onde se guardavam os documentos da terra, dos equipamentos que vinham da Funai, documento de nascimento de crianças, enfim, era um lugar de controle de tudo que acontecia na aldeia.

Figura 5 – Casa Grande



Fonte: Monzilar, 2022

Para nós, Balatiponé, a nossa casa é *Xipá*, então, essa denominação “Casa Grande” tem outro significado, ou seja, na época, lugar dos “Chefes”, construída sob planejamento da equipe de Rondon, casa que não nos pertencia, apesar de estar dentro do nosso território. A Casa Grande pode ser comparada com as casas grandes e as senzalas do povo negro, na casa grande viviam os chefes, os senhores e nas senzalas os escravos. No caso dos Balatiponé, interpreto que vivemos em uma espécie de servidão escravocrata e essa casa, como já disse, era para os chefes.

Atualmente, essa casa tem sido ocupada pela comunidade, como um espaço pedagógico; falamos da nossa história para os visitantes e temos a finalidade de transformá-la em um espaço museal próprio. Como já disse, mesmo que esteja velha, a estrutura continua resistente. Recentemente, foi aprovado um projeto, “Proposta de Restauração do Posto da

Fraternidade Indígena Aldeia Umutina”, um anseio da comunidade que veio ao encontro deste trabalho. A Casa Grande é um importante instrumento de preservação do patrimônio cultural, um espaço de memória, de salvaguarda da herança e vivência do povo.

Com a aprovação do projeto, a restauração teve início no dia 09 de outubro de 2022 (Fig.6).

Figura 6 - Restauração da Casa Grande



Fonte: Edna Monzilar, 2022

Figura 7 - Casa Grande e Escola reformadas



Fonte: Edna Monzilar, 2023 Casa Grande reformada /2023

O objetivo da comunidade é fazer da Casa Grande um espaço nosso, com a manutenção da arquitetura, com as pinturas, demonstrando um patrimônio cultural material, com significados imateriais da história e do tempo vivido pelos Balatiponé-Umutina. Para Santos (2002, p.123), “[...] no século XIX, pode-se observar crescimento imenso de números de Museus, que surgem com projetos educativos e de forma a comemorar aspectos nacionais”.

Nesse novo contexto que povos indígenas vêm passando, é fundamental que se tenha um lugar onde possamos desenvolver não somente a história do povo, mas que seja lugar de reflexão, de renascimento, ressignificação, retomada e de resistência. É um espaço para que os jovens, crianças da aldeia, como também os visitantes possam ter essa compreensão de qualquer espaço geográfico, ou lugar. De acordo com Yfu-Tuan (1983), o lugar e o espaço, às vezes, se confundem, no caso de animais não humanos, os lugares “[...] são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação” (TUAN, 1983, p. 4). Nos seres humanos, o espaço vai se transformando em lugar, à medida que se conhece melhor o espaço e quando vamos dotando esse espaço de valor, ele se torna o lugar. Segundo Tuan (1983), o lugar, na perspectiva humana, tem a ver com a cultura e com a identidade.

O nosso lugar é o nosso território Balatiponé-Umutina, o nosso lugar é o estado de Mato Grosso, o nosso lugar é o Brasil. É preciso que o povo saiba valorizar a identidade Balatiponé, a nossa cultura, que saibamos contar as nossas histórias, seja ela de uma peça de objeto, artesanato, mito, origem, envolvendo os saberes que são repassados de pai para filho ou de uma geração para outra, de forma individual ou no coletivo. Toda essa sabedoria faz parte da nossa cultura e do nosso lugar no mundo.

A intenção é fazer da Casa Grande um lugar educativo para o povo, apropriando desse espaço que antes estava na aldeia, mas não era nosso. Queremos nos apropriar desse espaço como uma ferramenta de aprendizagem da escola, agregando-lhe elementos da cultura Balatiponé-Umutina. Que seja um lugar de história do meu povo e que essa Casa contribua para o fortalecimento dos conhecimentos, do saber indígena e das experiências, junto com os estudantes e comunidade.

São vários Museus espalhados pelo país que contam a história dos indígenas, são importantes e relevantes, porém, é diferente quando é o próprio indígena a contar, dizer ou falar sobre a sua história, a relação com a natureza, a espiritualidade, os encantos da ancestralidade do povo. Isso é fazer história verdadeiramente no ponto de vista indígena.

Quando nós indígena falamos de museus...Não estamos falando de uma casa e sim de um território [...]. Tem a ver com o saber dos mais velhos...E nós indígena muitas vezes pra saber da própria História temos que pesquisar dentro do próprio povo... Somos professores pesquisadores... E pesquisando... na base... Com os mais velhos que a gente consegue Transmitir para os mais novos. (KAPINAWA *apud* SANTOS, 2020, p.179).

Se quisermos ser reconhecidos e respeitados, precisamos não apenas de uma educação escolar de qualidade, mas também, pensar em projetos que levem os não indígenas a conhecer

realmente quem somos. É preciso escrever, divulgar, registrar a nossa história e articular encontros interculturais.

Ainda precisamos escrever para a academia, temos que teorizar, dialogar com o Outro, e esse Outro são as pessoas diferentes do indígena, os teóricos *wasse* (branco). Mesmo estando na academia, não podemos deixar de lado a nossa ancestralidade indígena, o lugar onde aprendemos a viver. Nesse sentido, a nossa academia natural é na natureza, nesse lugar fazemos reflexões e tiramos nossas dúvidas. As respostas soam com sons naturais que só quem vivencia um lugar ou conecta com ele consegue obter resposta na hora certa, é preciso saber ouvir o que a natureza nos diz.

Esse ouvir é explicado pelos anciões que são detentores dos saberes e conhecimento. O território, o espaço em que vivemos, as definições conceituais que fazemos dele, muitas vezes, não importa; o que importa é o significado que tem para nós, o nosso território é o nosso lugar e o museu em nosso território pode ser o lugar das marcas históricas e da acolhida do nosso patrimônio material e imaterial, nossas histórias, arte e cultura. Enquanto patrimônio material, podemos dizer, reforçando a fala o indígena Kapinawa *apud* Santos (2020, p.181), que:

Museu pra mim é os terrenos sagrados do nosso pajé. Museu pra mim é o terreiro da minha avó, é o canto do meu passarinho na mata, é a música e a essência de cada folha, então isso tem que ser retratado dentro dos museus indígenas também, porque um museu indígena ele é vivo. Como é que um museu pode ter vida? [...] com música, com essências, com cânticos, com história, com momentos...Então essa forma, essa é minha sala de aula. Dia por dia a gente aprende [...]. Museu pra nós indígenas [...]. Pra mim, é tudo o que tem nele desde a construção do prédio, desde cada folha da mata [...] desde cada raiz e cantos dos pássaros...eles também é um museu.

É nessa perspectiva que podemos ter uma visão diferente, não somente olhar o passado como destruidor de vida ou cultura, tampouco como povo sofrido, mas tornar, a partir da história, algo de luta e de resistência, pois a história e a cultura não param, elas se ressignificam ao longo do tempo. Isso é importante e é nesse sentido que estamos trazendo a Casa Grande, apresentando-a dentro da história e da sua ressignificação.

3.3 Memórias dos antigos “Chefe de Posto” na aldeia Umutina

Narrei sobre a Casa Grande da aldeia Umutina, também chamada como Posto da Fraternidade. E já havia explicado que essa Casa era ocupada pelo SPI e pela comitiva de

Rondon, mais tarde, depois de 1967, pela Fundação Nacional dos Índios, período que também se inicia a função de “Chefe de Posto”. O Chefe de Posto era tipo um administrador, mais tarde a nomenclatura passou a ser Coordenador Local. Foi função criada por não indígenas e que não faz parte da organização cultural dos povos indígenas, apesar de ser ocupada por indígenas. Com o tempo, essa função foi cada vez mais sendo apropriada pelos indígenas e atualmente é uma função que inexiste dentro da aldeia Umutina, porém, temos as coordenações regionais locais que são as CTL.

Esse movimento foi compreendido como um espaço administrativo para a aldeia e, segundo relato das lideranças e ancião, os primeiros chefes foram não indígenas. Disseram que foram muitos “chefes”, que passaram e ficaram morando nessa casa. Só iam embora quando queriam ou quando tinham intriga com alguém da comunidade, ou seja, na visão do SPI e FUNAI, quando estavam trabalhando bem, ficavam, quando não, iam embora. Alguns que ficaram muito tempo, mas também outros não se adaptavam com o lugar, ficavam um mês ou dois meses e iam embora.

No relato do seu Edson Monzilar, “[...] o ‘chefe’ Antônio João marcou muito o povo, principalmente, porque foi nessa época que ele ficou sendo Cacique e vivenciou uma situação constrangedora. Esse chefe de posto estava vendendo os gados da comunidade e grande parte da comunidade não estava aceitando a atitude do chefe, até que um dia ele ia vender alguns gados e algumas lideranças da aldeia foi encontrar com ele no curral que ficava logo perto da aldeia, para tomar satisfação e saber pra quem ele iria vender o gado e pra onde ia o dinheiro, pois estava tendo muitas vendas de gado e a comunidade não sabiam pra onde ia esse dinheiro. Não era a primeira vez que o ‘Chefe’, vendia o gado, depois de várias discussão, uma das liderança puxou faca para golpeá-lo. Nesse momento interfere e não deixei o pior acontecer, e o ‘Chefe’, correu para a Casa Grande. Quando foi no outro dia, as lideranças se reuniram e me indicaram como Cacique”. (Entrevista com Edson Monzilar, abril de 2022).

Conforme o relato, foi a partir desse acontecimento, que o senhor Edson se tornou Cacique, ou seja, foi quando a comunidade estava de briga com o “Chefe”. Depois que se tornou Cacique, alguns meses mais tarde, o chefe foi embora. Esse chefe de posto era não indígena, mas depois com a FUNAI, alguns anos depois, os chefes foram os próprios indígenas.

O senhor José Felisberto Cupodonepá, hoje com 71 anos e morador da aldeia Massepô, foi um dos primeiros Balatiponé-Umutina a atuar como chefe de posto. Ele relata que iniciou sua carreira na FUNAI em 16 de janeiro de 1973, como atendente de enfermagem,

onde trabalhou até em 1999. No entanto, com a mudança do governo, foi remanejado para FUNASA-Fundação Nacional de Saúde, onde ele ficou até o mês de novembro de 2006, foi quando surgiu a vaga para chefe de Posto na aldeia Umutina.

Ele explica que “[...] na época, para assumir esse cargo deveria ser funcionário Federal de carreira, como havia uma outra funcionária interessada num mesmo cargo, então, foi realizado uma eleição interna, na qual eu fui eleito pela comunidade. Sendo o primeiro indígena a assumir o cargo de chefe do posto do território Umutina. De acordo com a portaria nº 1507/PRES, de 20 de dezembro de 2006, do diário oficial da União nº 244 de 21 de dezembro de 2006, seção 2 página 32, para exercer o cargo da comissão de chefe de posto Indígena Umutina, código DAS 101.1, da Administração Executiva Regional- Cuiabá/ MT. De acordo com o decreto 7056 da Presidência, o cargo do chefe de posto é extinto, passando para Coordenador Técnico Local em 28/12/2009, onde permaneci até a data de 10 de março de 2010, desta vez fui remanejado para a SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena, onde me aposentei. Ser chefe de posto indígena há uma verdadeira preocupação com o próprio povo”.

O último coordenador local do povo Balatiponé-Umutina foi o senhor Luiz Fernando Kalomizoré Paresi, nascido em 22 de maio de 1975, atualmente tem 47 anos, e é mais conhecido por todos como Branco, para os parentes, Kuá. Ele relata que “Quando eu entrei na questão da coordenação da Funai, na verdade eu era Cacique, e depois eu estava pedindo pra sair, e surgiu essa oportunidade. O Felisberto era o Chefe do Posto na época e teve uma reunião da comunidade que não estavam agradando com o trabalho dele, ai fizeram uma reunião ai ele pediu o afastamento e nesse afastamento alguns da comunidade, pediram pra gente colocar o nome à disposição e ai então já foi um desafio porque eu nunca entendia o que era trabalhar com o órgão Federal, como era trabalhar com o branco, povo civilizado né, então isso já foi um desafio pra mim e eu entrei no ano de 2010”.

Observa-se na fala de Luiz Fernando a preocupação de trabalhar com os “brancos” que, segundo ele, são os “civilizados”. Esse é um pensamento colonizador que fez com que o indígena pensasse que não fosse capaz, ou que não era civilizado. Esse pensamento é chamado de pensamento colonial, onde quem tem superioridade e inteligência é apenas o *wasse* (branco).

Dentro dessa situação, o senhor Luiz Fernando continua relatando que essa foi uma experiência boa, de aprendizagens nas organizações administrativas. Ele diz: “[...] pra mim foi bom, graça a Deus, teve ganhos, teve percas. Tivemos parcerias na gestão, parcerias,

como trabalhar com a Funai é ter que trabalhar dentro de um planejamento, do PPA né, Plano Anual, então tudo esse é um projeto que tem que ser feito, e assim a gente trabalhamos. Entre as parcerias foi assim com firma privada, com a Barraalcool, com apoio deles né. Na época na Prefeitura estava o Aniceto que ajudava na medida do possível, mais era muito pouco né... a gente trabalhou mais nessas questões pedindo máquinas porque estávamos tentando plantar roça mecanizada, de pequena escala, e aí onde foi aberto aqui no Compadre Pú né, na gestão de Felisberto”.

O coordenador local se preocupava com o futuro da comunidade e buscava estabelecer parcerias, já que na aldeia não tinha máquinas para fazer o trabalho mecanizado. As decisões eram tomadas em reuniões junto com a comunidade e depois o coordenador articulava com outros órgãos, formas de atender o planejamento da comunidade que também era colocado no PPA.

Outra ação importante foi com relação ao deslocamento dos Balatiponé para a cidade, pois como já escrevemos, crianças iam estudar na cidade, era objetivo melhorar a estrada e abrir outras que dessem melhor acesso às aldeias. Conforme entrevista, ele diz “[...] *que uma das questão era abrir as estradas que estava tudo fechado na época, na época estava tudo fechada as estrada e a onde foi feito a questão da estradas para dar acesso melhor a cachoeirinha, Alto Retiro, o Bugre que mudou o nome e agora é Vale do rio Bugre, Amoroso, Bakalana que não era Bakalana era Guarantã, e assim por diante. Aqui mesmo onde nós, eu estou ficando era Maytá né, agora estamos em Katamã”.*

Perguntei ao senhor Luiz Fernando se ele tinha alguma memória sobre a Casa Grande, pois sabia que a relação de chefe de posto, alterado para coordenação local, teve a Casa Grande como parte da história desses chefes. Ele respondeu que a Casa Grande faz parte da história do povo Balatiponé e relata: “[...] *a Casa Grande, o que eu sei é que foi feita na época do Rondon, foi nossos avós que fizeram...os Umutina junto com outros povos que era quando eles chegaram, eles eram novo...vovô fala que ele estava mais ou menos com 15 anos, aí começaram a trabalhar junto com os militares que era o povo de Rondon, e que começaram fazer esses trabalhos...são histórias nossas vividas pelos nossos avós”.*

Depois de falar da Casa Grande, o diálogo voltou a ser sobre o tempo dele na coordenação. Ele explicou que ficou seis anos na coordenação, trabalhando dentro da comunidade, para ele foi difícil, pois não tinha muito recurso na época e a saída foi trabalhar em parceria com a escola, com a saúde, com prefeitura, etc.

Segundo ele, “[...] *Foi um tempo difícil, quando entrou na gestão não tinha, não tinha nem uma mesa no escritório, e mesmo com poucos recursos conseguiu organizar o espaço*

com mobiliários específicos e suficientes para desenvolver o trabalho. Quando eu entrei tinha um trator vermelho bem antigo, esse foi na época de Antônio João, de Alain...foi nessa gestão, nessa gestão que Lúcio Kalomizoré entrou para trabalhar de tratorista e o Cacique era seu Alain (Edson Monzilar), tivemos ganhos e um deles foi conseguir o trator Nil rola para o projeto da farinheira. Tínhamos roça de mandioca que ficava longe e o trator ajudaria muito” (Luiz Fernando Kalomezoré, 2022).

O que se nota nos relatos dessas pessoas que foram ou que fizeram parte da função de “Chefe do Posto” é que há na memória deles momentos em que procuraram atender as necessidades da comunidade, mas que na maioria das vezes e quanto mais distantes na história, essa função cumpria a tarefa de controlar as ações da aldeia. Quando se tornou coordenação, as ações se diferenciaram e procuraram atender melhor o povo. Geralmente, o chefe de posto assumia uma submissão às decisões do órgão tutor, SPI, e mais tarde FUNAI, o que na nossa realidade, ajudava na aproximação com as famílias Balatiponé, fazendo com que aceitassem o controle, disfarçado em atitude de auxílio, principalmente, quando os chefes eram os não indígenas. Assim, a Casa Grande era o palácio do Chefe de Posto.

3.4 Os saberes tradicionais, o recomeçar... Diálogos sobre patrimônio material e imaterial da cultura

A Casa Grande, como já dissemos, ocupa um lugar na memória e na história de nós Balatiponé. Ela representa um tempo de contato, de servidão e também representa, de alguma forma, a inclusão de uma arquitetura não indígena, de um jeito de viver diferente dos nossos antepassados.

Mesmo havendo mudanças, ainda carregamos na memória o que fez parte da nossa ancestralidade, como os conhecimentos sobre artesanatos que são utilizados até hoje no cotidiano e nos eventos cerimoniais sagrados da comunidade. Atualmente, muitas dessas confecções estão sendo comercializadas como fonte de sustentabilidade para muitas famílias do território. Esses conhecimentos dizem respeito ao que se denomina de patrimônio material e imaterial, pois quando comercializados para os não indígenas, tem valor diferente do que representa na nossa cultura.

As mudanças existem dentro de todos os territórios, da sociedade em geral e em se tratando do meu povo, é essencial que crianças e jovens não percam suas raízes, valorizando os saberes e práticas culturais, isso é imprescindível para nossa sobrevivência. Nessa mesma

linha de pensamento, o indígena Gersem Baniwa (2011) pondera sobre a importância de o Território ser um espaço que possibilite a criação e reprodução material e imaterial, de acordo com as peculiaridades próprias da organização produtiva e social de cada grupo étnico.

Pires (2018, p. 91) afirma que “[...] espaço não é apenas um receptáculo pode ser localização física, e ao mesmo tempo local geográfico da ação e uma possibilidade de se engajar na ação (fragmentação, homogeneização e hierarquização). A produção do espaço não só engloba a produção, mas também a reprodução das relações sociais, envolvendo três dimensões do real: o concebido, o percebido e o vivido, que, conseqüentemente, estão articulados a outras, dentre elas, “práticas espaciais, representações do espaço e espaço de representações.” quem disse isso?

Compreendemos que o espaço, como Pires trabalha, tem tudo a ver com o quer ser. Tuan afirma ser o espaço na sua transformação como lugar, porque envolve as relações sociais e na sociedade das aldeias, a cultura está presente nas relações de cada povo. À medida que vamos conhecendo e ocupando o espaço em que vivemos, o transformamos em nosso lugar porque ele é também a nossa casa, e também é o lugar onde acontecem todas as coisas da cultura. Esse lugar é também o nosso território.

Considerando este pensamento, passamos a escrever sobre o conceito do que é patrimônio material e imaterial para depois apresentar os saberes tradicionais na atualidade. A promulgação da Constituição Federal de 1988 subdividiu o patrimônio cultural em material e imaterial e a ampliação do conceito de patrimônio ficou orientado pelo Decreto Lei nº 25/1937.

Patrimônio cultural material é entendido como o conjunto de bens materiais, tudo aquilo que é possível manipular, pegar, são os documentos, materiais arqueológicos, e patrimônio cultural imaterial se apresenta sobre os significados que explicam as manifestações culturais, crenças, forma de saberes, cantos, rituais, religiosidade e compreensões do sagrado e da espiritualidade, os sentidos que organizam a vida daquele grupo. E esses saberes contidos, tanto no patrimônio material e imaterial, são muito compreendidos e orientados pelos mais velhos. Munduruku (2009) afirma que os velhos são “as bibliotecas” onde está guardada a memória ancestral, nesse sentido o diálogo com os anciões é fundamental para a aprendizagem das novas gerações. Assim, Munduruku (2009) afirma a importância do aprender com os anciões:

A educação da mente para compreender esta concepção passa pela existência dos contadores de histórias. Quem são eles? São os que trazem para o presente o passado memorial. São aquelas pessoas, homens e

mulheres, que assumiram o papel relevante de “manter o céu suspenso”, conforme compreensão Guarani. São os que leem e releem o tempo tornando-o circular. São os responsáveis pela educação da mente. Quase sempre são velhos que já sentiram a passagem do tempo pelos seus corpos. São os guardiões da memória. Para muitos dos povos originários, estes velhos são “as bibliotecas” onde está guardada a memória ancestral. Daí sua importância para a manutenção da vida e do Sentido (MUNDURUKU, 2009, p.21-29).

Nessa perspectiva de diálogo, o indígena Gersem Baniwa (2011) considera a importância do território, um espaço que possibilita a criação e reprodução material e imaterial, de acordo com as peculiaridades de cada grupo étnico. Monzilar (2019) fala sobre a importância de os próprios indígenas trazerem para o discurso da escrita, ou seja, escrever a própria história, a partir da visão e concepção indígena e isso é uma forma de registrar, a partir de nós mesmos, o patrimônio material e imaterial do nosso povo.

Esses conhecimentos, que são patrimônio material e imaterial, fazem parte da cultura, ela é tudo na vida de um povo, não é apenas a língua que identifica um povo, mas o todo, a sua história; cantos, pescaria, arte, espiritualidade de crer em algo, técnicas e trabalho que cada povo tem diante das suas necessidades, porque transformam o espaço onde vivem e, ao transformá-lo, fazem surgir técnicas que se transformam ao longo do tempo.

Cultivar a terra, o cantar, sorrir, andar, falar, contar história, a comida, são todos elementos importantes da cultura de um povo e que também faz parte do patrimônio cultural material e imaterial utilizado para produzir e reestabelecer a identidade de um povo. Trazendo à tona essa concepção, é que refletimos o quanto nosso povo foi resistente e conseguiu chegar aonde estamos, mas não foi fácil, precisou até se calar. Hoje olho a história e as memórias e vejo o quanto foi importante esse silêncio, os espíritos da nossa ancestralidade um dia vieram e souberam que era chegado o momento de recomeçar. Portanto, é impossível falar da cultura material sem falar da cultura imaterial, elas estão entrelaçados uns aos outros.

Recomeço falando do nosso território Umutina, lugar que concentra vários conhecimentos e patrimônio cultural material e imaterial que são herança deixada pelos nossos anciões, avôs, avós, pais, tios, tias, os nossos antepassados que não estão presentes fisicamente, mas que espiritualmente estão sempre nos olhando, nos protegendo, porque nosso povo acredita que não morremos, apenas vamos habitar em um outro lugar, lugar este muito bonito que, de alguma forma, comunica com os que ficaram no território.

A nossa maneira de falar, de agir, as nossas festas tradicionais, comidas, o saber e o fazer, os monumentos, as imagens, os documentos dos arquivos, as casas antigas e também as novas formas de interagir com o mundo e com a nossa própria cultura fazem parte desse

patrimônio. Tudo o que tem importância para a história e contribui para a identidade cultural de uma sociedade é um patrimônio cultural, como também imaterial. Esses são nomes, palavras ou nomenclatura que a sociedade ocidental conceitua, o que uma sociedade constrói, fabrica, escuta, sonha e que dá significado para eles, então, as palavras patrimônio, material ou imaterial não existem no vocabulário indígena. Diferente de outras sociedades, esses conceitos estão relacionados com o ser e a natureza; o sentir, vivenciar, construir, dialogar entre o ser natural e o sobrenatural, vai além dos conceitos que o dicionário e pensadores apresentam.

Como estamos na academia, o próprio estudo ou pesquisa que fazemos precisa definir essas palavras no sentido de entender que de fato uma sociedade ou povo originário, independente de lugar, tem seu patrimônio material e imaterial. Os povos, em geral, constroem meios e técnicas, conhecimentos e experiências, de acordo com suas necessidades.

4 O CURRÍCULO ESCOLAR, PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL BALATIPONÉ

Primeiro olhamos para a comunidade Umutina, para sua história, para a memória dos mais velhos e apresentamos as relações da construção de uma história que é só nossa. Agora, procedemos à descrição de um breve histórico da educação escolar indígena até os Balatiponé e, depois, a uma experiência vivida na escola, trabalhando a cultura do nosso povo.

4.1 Breve histórico da educação escolar indígena até os Balatiponé

Na escola, época do SPI e da FUNAI, o estudo era dado pelos funcionários do respectivo órgão, eles mandavam nos alunos e os alunos obedeciam e aqueles que fugissem das regras eram severamente punidos de diversas maneiras constrangedoras. Ensinavam somente o alfabeto e as vogais no sentido de decorar, devido à maneira da aula e do autoritarismo do professor (TAN HUARE, 2006).

Esse quadro muda com a Constituição de 1988, agora o contexto é outro, e os Balatiponé-Umutina buscam vivenciar aquilo que é de direito e que no passado não foi respeitado, uma educação específica e diferenciada e de qualidade, tendo respaldo na Constituição, na LDB e outras leis que amparam essas especificidades. Embora muitas dessas legislações estejam escritas, há uma dificuldade para que elas aconteçam de fato. Muitas vezes, na base, elas não são concretizadas, dificultando a abertura de novos horizontes para uma escola inovadora que realmente utilize da filosofia indígena.

As escolas indígenas, de maneira em geral, vêm sofrendo um grande retrocesso no que diz respeito ao que está na Constituição, principalmente, na política do governo atual. Mesmo assim, em processo de resistência, o povo Balatiponé-Umutina, ao longo do tempo, vem buscando melhorias no ensino e aprendizagem, ressignificando sua história. Antes dos professores indígenas e, em um tempo da história, o ensino era pautado por política puramente integracionista aos costumes dos não indígenas, fazendo com que os próprios indígenas negassem sua cultura, valores e crenças do povo.

Atualmente, o povo acredita que a escola, mesmo nesse sistema que se encontra, ainda é um espaço que pode assegurar a autonomia pautada e almejada para o atendimento das demandas escolares. Acreditamos que a escola é um instrumento capaz de modificar a

organização da educação, principalmente se os professores forem os próprios Balatiponé, que conhecem a história e os processos pelo qual o povo passou.

Assim, em memória e história, trazemos o movimento da educação escolar indígena Balatiponé. No final da década de 1980 e início de 1990, surgiu a primeira semente com relação à cultura com a professora Iraci e tudo começou pensando no significado do dia do índio. A professora Iraci era servidora da FUNAI, mas tinha sensibilidade com o povo e queria muito valorizar a cultura do meu povo, que estava adormecida, resultado de tanta violência sofrida no processo histórico.

Segundo ela, quando chegou aqui, achou muito estranho que no dia do índio, não tivesse nada que falasse sobre a cultura, não tinha dança de nada. Ela começou a perguntar, para algumas lideranças e moradores. Por que isso? Não tem nada de indígena?

Com o passar do tempo e estreitando o diálogo com os Balatiponé-Umutina, começou a entender o que o povo havia passado e, aos poucos, incluiu no currículo escolar a dança Balatiponé-Umutina. Disse em seu relato que para compreender isso foi preciso ficar bem perto e entender a cultura. *“Minha vida foi marcada por Julia Paré, tio Zazo, e Elizeu... Mas foi para Julia Paré que pedi ajuda, a ele e a dona Vera. Conversamos que precisava ensinar as crianças, que eu também queria aprender... Julia ficou com muito receio, mais aceitou, e eu fui a primeira dançarina com Julia, na dança Yuri”*. (Entrevista com Iraci de Oliveira Corezomaé, 2022). A professora Iraci se casou com um Balatiponé-Umutina. Essa foi a primeira semente, mais tarde, envolveu muitas crianças nesse processo e, aos poucos, parte da cultura adormecida começava a brotar.

Na década de 1990, inicia o trabalho, na escola Otaviano Calmon, o primeiro professor indígena e, ao mesmo tempo, precisamente entre 1995 e 1996, o primeiro programa de formação de professores indígenas, em nível de magistério (Projeto Tucum). Cinco alunos da aldeia Umutina ingressaram para fazer esse projeto voltado para a realidade e contexto indígena. E, em 2001, inaugura a primeira turma de projeto de 3º Grau indígena na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, em Barra do Bugres MT. Dez professores Balatiponé-Umutina iniciaram sua formação no ensino superior, começando um novo marco de reconstrução e reconhecimento da cultura na educação, a valorização e fortalecimento da cultura Balatiponé-Umutina. Nessa ocasião, muda todo o contexto da escola do povo Balatiponé, agora a conjuntura é outra. Os professores que ingressaram começaram a pesquisar junto à comunidade, alunos, lideranças, Cacique, alguns etnógrafos, vasculhar o que tinha escrito sobre o povo Balatiponé.

Foi grande a luta de pessoas do nosso povo, pois somos sabedores de que, de certa forma, não acreditavam na gente. Sempre vinham pessoas para querer realizar pesquisas na aldeia, depois da realização da pesquisa, iam embora e nem dava satisfação. Isso fez com que o meu povo não acreditasse nem mesmo nos Balatiponé-Umutina, quando falavam de pesquisa. Aos poucos, fomos conquistando cada um de nossa comunidade e todos os dez alunos terminaram a graduação em diversas áreas de conhecimento: Ciências Sociais, Línguas, Artes e Literaturas e Ciências Matemáticas e da Natureza, tudo voltado para as ciências, saberes e fazeres da cultura indígena Balatiponé.

Posteriormente, também tivemos o grupo Nação Nativa² que muito contribuiu nesse processo de ressignificação da cultura Balatiponé-Umutina. Mesmo com todos os percursos que o povo passou, não desistimos de nos aperfeiçoar nos estudos, para a continuidade de melhorias na educação e conhecimento para nossos estudantes. No ano de 2013, alguns professores terminam o Mestrado, trazendo um novo olhar para a educação e ensino inovador, no que diz respeito à nossa vivência escolar, valorizando ainda mais a ciência indígena, em todas as áreas de conhecimento. Uma delas foi a aula de campo que começamos a fazer com maior intensidade, principalmente, fazer essa conexão de interdisciplinaridade, na língua originária do povo. Ainda não somos falantes, mas algumas frases e palavras nossos estudantes já falam, alguns professores de linguagem vêm trabalhando com jogos pedagógicos com nomes de animais, aves no idioma, cultivo de hortas medicinais, roça de toco, pois desde então, eram poucos que manejavam a terra. Daí para cá, as famílias, juntamente com a escola, passaram a trabalhar com mais veemência no manejo da terra. Trouxemos a comunidade mais perto da escola e a exuberância da Semana Cultural, com o objetivo de que nossos estudantes tenham o conhecimento dos lugares do território, pois tudo que vamos fazer, os anciões, pessoas que sabem e têm conhecimento estão junto com professores e estudantes. Essa retomada e reafirmação estão muito fortes; é um trabalho coletivo em que os próprios estudantes começaram a pesquisar os materiais.

Hoje nossos estudantes têm a convicção da importância da valorização e fortalecimento de nossa cultura, uma vez que são eles os protagonistas que, a partir dessa aprendizagem, poderão divulgar em diferentes espaços e eventos, trabalhando não somente a memória oral, mas a escrita que, para nós indígenas, é muito complexa. Avancamos muito, mas precisamos mais, principalmente, de material didático específico.

² Nação Nativa era um grupo de jovens Balatiponé que tinham o objetivo de ressignificar a dança cultural.

Como resultado final deste trabalho, teremos um produto pedagógico voltado para o ensino e aprendizagem para nossos estudantes, permitindo um olhar mais amplo acerca do mundo em que vivemos. Queremos dar visibilidade, tanto para o povo, como também para os outros povos indígenas. Desses anos para cá, muita coisa foi mudando, até porque aumentou o número de professores formados em nível de Mestrado e Doutorado, principalmente na UNEMAT, onde o estudo é voltado para o conhecimento e saberes tradicionais de cada povo, interligando com a ciência dos *wasse*.

Em nossa escola, todos os funcionários são profissionais indígenas, desde sua Gestão. Os professores são graduados, especialistas, mestres e também já temos uma doutora. Contribuímos com tudo em nossa comunidade, a própria comunidade procura a escola e, nós, como professores, ajudamos no que é necessário, o que é de nossa competência, dando caminho para o que for necessário e melhor para nossa comunidade.

4.2 Vivências atuais na Escola Julia Pará: a programação da Semana Cultural

A Escola Estadual de Educação Indígena Julia Pará fica na aldeia Umutina, aldeia central do território e é composta por um diretor, coordenador, secretário, limpeza, nutrição, CDCE, professores e estudantes. São 13 profissionais, a maioria dos professores é composta por efetivos do Estado e ainda temos a Escola Municipal Julia Pare, que é assistida pelo município. Os professores que atuam na escola do município não são efetivos. É importante salientar que há o CDCE, ou seja, o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar.

O CDCE é um órgão da instituição escolar que é formado por representantes dos segmentos da comunidade escolar e tem a responsabilidade de acompanhar as ações da escola, ele é de caráter consultivo e deliberador. De acordo com o site da SEDUC, o “[...] conselho, como órgão colegiado, é um espaço coletivo onde os diferentes segmentos da comunidade escolar e local estão representados”.

O Conselho tem três funções que são:

- a) Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico, o PDE e o próprio Regimento Escolar, dentre outros assuntos da escola, aprova encaminhamentos de problemas, garante a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decide sobre a organização e o funcionamento geral da escola, propondo junto à direção as ações a serem desenvolvidas.
- b) Consultivas: quando tem um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando

sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pela direção da unidade escolar.

c) Mobilizadora: quando promove a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação (http://site.seduc.mt.gov.br/cdce/informacoes/informacoes_conselho_deliberativo.pdf).

É a Lei nº 7.040, de 01 de outubro de 1998, que regulamenta os conselhos deliberativos; eles constituem a gestão democrática nas escolas do sistema estadual de ensino.

A escola tem o Projeto Político Pedagógico (PPP) e é um documento muito importante para a escola, nele estão os registros e indicações gerais do que se desenvolve nas aulas. O conteúdo material e imaterial da cultura é um tema que a escola vem desenvolvendo e que contém no Projeto Político Pedagógico da escola Jula Paré. Construir um PPP intercultural é fortalecer a nossa identidade Balatiponé-Umutina e, também, pela via da educação escolar, proteger o nosso território. Há poucos dias assistimos pela televisão a violência contra os parentes Yanomami, muitos foram mortos e, mesmo escrevendo sobre a educação escolar dos Balatiponé-Umutina, não podemos deixar de registrar o nosso sentimento em relação aos Yanomami e de ver que é preciso que estejamos cada vez mais fortalecidos. Essas situações nos trazem revolta que é vivida de forma diferente, em diferentes lugares, por exemplo, as revoltas na Bolívia, no Chile, na Colômbia e no Brasil, “[...] no solamente exigen el respeto al derecho a los territorios que ancestralmente ocupan, sino también reclaman el derecho a la revalorización de sus lenguas y culturas a través de programas educativos apropiados”. (JOSÉ MARIN, 2007, p.11).

Quando pensamos na educação escolar indígena, na valorização da nossa cultura e da nossa língua, buscamos escrever um Projeto Político Pedagógico que contemple nossos saberes, nossas ciências tradicionais. Também estamos construindo uma educação apropriada e específica, que não é fácil, é um exercício sempre difícil, uma luta dentro das escolas indígenas, que precisa constantemente ser dialogada dentro da comunidade e também no ambiente escolar.

É no Projeto Político Pedagógico que podemos assegurar a interculturalidade de maneira escrita, a especificidade, colocando os nossos interesses na formação dos estudantes Balatiponé-Umutina. Uma decisão que foi tomada junto com a comunidade e que faz parte do PPP da escola é a vivência na Semana Cultural, o período mais forte do trabalho pedagógico com a nossa cultura. Nesse período, chamamos os anciãos, os artesões para colaborar,

ensinando o conhecimento milenar, trazer à tona essas sabedorias que foram passadas de geração para geração e que, atualmente, é possível estar junto com a escola.

O PPP da escola é um instrumento reflexivo das nossas ações na escola, juntamente com a comunidade. Assim, atualmente, apodemos dizer que:

[...] gestão da escola é conduzida pelos próprios indígenas, em coletivo organizam e elaboram o PPP (ou seja, atualizam de cinco em cinco anos) que é um instrumento com objetivo de nortear o ensino e a aprendizagem na educação escolar indígena em vários aspectos, conforme a realidade social, cultural, linguística, econômica e ambiental da comunidade (MONZILAR, 2020, p.85).

Assim, a escola Jula Paré, juntamente com comunidade, já vem desenvolvendo atividades como a Semana Cultural, na qual são realizadas a dança tradicional, a comida típica, confecção de artesanatos, contação de histórias, pintura corporal, entre outras práticas. Esse conhecimento tradicional está no cotidiano, podemos destacar artesanato, cerâmica, traçados, ritual da pesca do timbó e outros, integrando a participação dos anciões da aldeia, detentores desses conhecimentos. Os anciões repassam esses conhecimentos milenares aos jovens, enriquecendo, sobremaneira, o processo de ensino e aprendizagem no espaço escolar.

Essa forma de viver a cultura no contexto escolar faz parte do planejamento da escola junto com a comunidade e, nesse momento, muitas histórias são contadas e relatadas pelos anciões.

Munduruku (2017, p.42,43) afirma que:

Toda história é contada a parti das referências culturais e traz a visão de quem conta, tem sido assim desde sempre. Ou melhor, desde que o ser humano colocou-se acima da natureza e passou a contar a história tendo como referência a si mesmo, e deixando os outros seres vivos a margem. As consequências disso são notada diariamente por meios de teorias equivocadas a respeito dos outros seres humanos que não aceitaram essa visão dominadora e truculenta.

Fazendo uma reflexão a respeito das ponderações do autor, é relevante que o conhecimento do povo indígena seja respeitado e valorizado na pesquisa, sob o olhar indígena, pois é ele que está ali, vivenciando junto à comunidade essa interação, o conhecer o outro, respeitando as qualidade do Ser de um povo. Não é diferente com a cultura, seja ela material ou imaterial, são nomenclaturas que não existem na linguagem indígena, porém, é vivenciada no seu cotidiano, seja individual ou no coletivo; seja no trabalho, moradia, na roça, numa caçada, ou numa pescaria, ou numa técnicas de confeccionar uma arte ou num gingado

de uma dança, tudo está relacionada com a vivência, o ato de estar ali no momento são elementos que um povo pratica desde criança.

Todos os anos, no mês de abril, promovemos a semana indígena, isso acontece desde o final da década de 1980 e início de 1990. Primeiramente, realizamos momentos de reflexão sobre todos os assuntos, referente aos povos originários do Brasil e da nossa própria história. Trazer a memória do passado é muito desagradável, porque requer coragem de lembrar fatos, que muitos só querem esquecer, mas tocar na ferida ou nas cicatrizes é importante para manter o presente e lutar pelo futuro.

A escola, junto à comunidade, desde que os primeiros Balatiponé professores começaram a trabalhar, fez reorganizações no currículo e incluiu a cultura, a ciência, os saberes e fazeres do nosso povo, a nossa história, as técnicas, os modos de trabalhar com a terra. Essa temáticas estão garantidas nas leis vigentes e também no nosso PPP, bem como no Regimento da escola. Ou seja, essas temáticas perpassam o currículo escolar como um todo, mas há um período mais forte e relevante que a escola vem trabalhando e essa atividade foi denominada por “Semana Cultural”. Nesse período, a comunidade escolar se organiza para ver que atividade irá fazer. Isso no mês de abril, mês que se comemora o dia dos povos originários.

Esse momento tornou-se mais forte a partir de 2001, com a colaboração de professores Balatiponé, pesquisadores da cultura e acadêmicos que se formaram no antigo Terceiro Grau Indígena. O esforço é feito no sentido de desenvolver uma aprendizagem diferente e específica acerca da cultura Balatiponé Umutina.

Dias antes da Semana Cultural, os professores se reúnem para então discutir quais atividades serão trabalhadas, que elementos da cultura precisam ser fortalecidos. Um dos pressupostos de ensino decidido é o trabalho com a interdisciplinaridade, ou seja, trabalha-se a cultura, envolvendo e contemplando as áreas de conhecimento.

Nos anos de 2020 e 2021, não foi possível realizar a Semana Cultural na escola, devido à pandemia COVID 19, pois as pessoas da comunidade ficaram isoladas, obedecendo os cuidados com a saúde. A grande maioria dos estudantes foi morar em outras aldeias, saindo da aldeia central, onde está a escola. Foi um período muito difícil, tivemos que adotar um outro modelo de aula, como apostilas para todos os estudantes.

Registramos que tivemos muitas dificuldades nesse modelo de atendimento aos estudantes, pois estavam todos distantes e o acesso aos meios de comunicação tornou-se ainda mais complicado. As aldeias são longe umas das outras e o meio de se comunicar não era de boa qualidade, havia estudantes sem celular e sem internet. Somado a esses problemas, o

medo habitava as aldeias, tivemos mortes de dois anciões com essa doença, também muitas pessoas foram contaminadas, alguns ficaram internados e outros foram curados, tomando ervas medicinais do próprio povo.

Esses dois anos, apesar de difíceis, foram muito importantes, o nosso povo olhou mais para sua família, os entendimentos, no caso das ervas medicinais do povo, passaram a receber maior valor, principalmente, pelos mais jovens e isso foi muito importante. Outra reorganização, nesse tempo de pandemia, foi a divisão dos trabalhos na educação escolarizada com um maior envolvimento das famílias. No início deste ano, é que começamos a voltar as nossas aulas presenciais, a comunidade de maneira em geral já estava vacinada, motivo que deu maior segurança e levou ao retorno das aulas presenciais.

Em reunião pedagógica, no mês de março, tratou-se de vários assuntos, entre eles, a Semana Cultural que foi realizada no período de 28 de março a 14 de abril de 2022.

Dia	Atividades e responsáveis
28/03/2022	Abertura Mesa de Autoridade. Execução dos hinos Nacional, Municipal, Canção dos Índios Bravos; Músicas com o Cantor (Ademilson); Poesias; Sobre os Indígenas; Cântico Indígenas e Exposição de Fotos
29/03/2022	Início das Oficinas – Prof. Luizinho- “Língua Materna- Os Peixes-Turma 1º Ano do ensino Médio; Prof. Jairton/ Eneida /Laércio - “Cerâmica Balatiponé Umutina” Turma Eja e 2º Ano do ensino Médio; Profa. Edna- “História e Mito”, e na segunda semana Hakikano-Turma do 9º ano; Prof. Osvaldo - “Trançado da Esteira” - Turma do 6º Ano; Profa. Ducineia/Clícia/Cleomar- “Grafismo Indígena em Formato de Zoomórficos em Madeira e Prof. Silvinho- “Farinha, Rede e Saia-Turmas do 7º e 8º Ano.
30/3/2022	Os estudantes foram orientados para desenvolverem atividades em casa, inclusive, conversas com os mais velhos.
31/03/2022	Continuidade de todas as atividades e das oficinas, cada professor com sua turma.
01/04/2022	Mutirão Coletivo (Limpeza do Pátio da escola e o pátio da comunidade) Parcerias: (Escola, Saúde, Cacique/ Lideranças e comunidade) Diálogo com professores da Universidade do Estado de Mato Grosso – Faculdade Indígena Intercultural sobre a semana cultural.

04/04/2022	Continuidade da limpeza em formato de mutirão e orientações da importância do trabalho coletivo na aldeia.
05/04/2022	Continuidade das atividades das oficinas na Escola. Atividades parte da Escola- Visita das Técnicas/ Alessandra e a Equipe do Turismo e Lideranças e representantes das aldeias. Abertura dos jogos estudantis municipais.
06/04/2022	Continuidade das atividades das Oficinas na Escola. Oficina/ Ensaio das danças tradicionais.
07/04/2022	Continuidade das atividades das Oficinas na Escola. Oficina/ Ensaio das danças tradicionais.
08/04/2022	Continuidade das atividades das Oficinas na Escola. Oficina/ Ensaio das danças tradicionais.
11/04/2022	Participação de atividades esportivas e preparação para a socialização da feira cultural
12/04/2022	Participação de atividades esportivas - Oficina de Cerâmica (Hellen/ e a instrutora Valéria e preparação para a socialização da feira cultural).
13/04/2022	Participação de atividades esportivas e preparação para a socialização da feira cultural
25/04/2022	Socialização dos trabalhos e exposição das produções das oficinas junto à comunidade da aldeia – Encerramento, apresentação de trabalhos desenvolvidos nas oficinas, exposição, entrega de premiação dos vencedores das atividades esportivas, Danças tradicionais, concurso de desenhos piadas, poemas.

A tabela acima mostra como foram organizadas as atividades e desenvolvidas num determinado período, porém, outras atividades tiveram que ser realizadas, por isso, a programação sofreu alterações. Os estudantes participaram dos jogos, ficaram para semifinal e final, por esse motivo foi adiado para o dia 25 de abril o término da Semana Cultural para concretizar e socializar as brincadeiras e atividades esportivas tradicionais, junto à toda comunidade.

No encerramento das atividades, foram apresentadas aos pais as danças tradicionais, finalizando com um grandioso almoço, em que estava toda comunidade do território nessa grande festividade. As atividades desenvolvidas na Semana Cultural é uma prática das nossas tradições e saberes que acontece no âmbito escolar. Como disse a professora Aparecida

Bergamaschi, durante a banca de qualificação, ampliou-se a minha reflexão sobre como trabalhamos e foram executadas as atividades pedagógicas da Semana Cultural, é uma semana de reflexão a cultura dos povos indígenas com ênfase ao povo Balatiponé-Umutina, incluindo os avanços, as lutas, os gargalos e os desafios, reviver a memória do passado, sentir e vivenciar o presente, e ter uma visão holística e perspectiva positiva para o futuro, bem como incentivo e realização das práticas culturais.

Nesta semana cultural, todas as atividades são voltadas aos preparativos dos saberes tradicionais do povo, cada professor(a) fica com uma turma dos estudantes do ensino fundamental e médio, escolhe uma atividade que denominamos de oficina para ser realizada desde trançados, adorno, colares de semente e dente de animais, brincos de penas e de coco de tucum, abanador, esteiras, cestos (*matapi*), ápá, rede, remo, canoa, arco, flecha, *hakikano*, bodo, bracelete, chocalhos de coco ou casco de animais, ensaios de danças tradicionais masculino e com pares, preparação da tinta de jenipapo para a pintura corporal, pegam broto de buriti e tucum para fazer as suas vestimentas, ensaio dos cânticos, hinos cívicos e preparam a comida típica: *jukuputu* (beiju). Haré assado, a caça, a bebida *jolorukwá* (xixa). E, por fim, a festa tradicional, que é a apresentação dos trabalhos das oficinas desenvolvida, a dança tradicional *Mixinose*, *Lorunó*, *Yuri*, *Katamã*, *Andorinha*, *Boiká* entre outros, há o compartilhar de alimentos e a participação de toda comunidade.

É importante ressaltar que as atividades pedagógicas ou oficinas mencionadas acima fazem parte dos elementos que compõe a cultura material e imaterial dos Balatiponé-Umutina e, portanto, em cada manifestação cultural há conhecimentos que estão interligados na espiritualidade, natureza, convivência social, âmbito familiar, coletivo, escolar e comunitário. Neste sentido, ao viver, transmitir e repassar os conhecimentos da nossa cultura, há uma metodologia própria de ensinar, do manejo e das habilidades no ato do fazer. Por exemplo, uma confecção do *matapi*, tem um procedimento conduzindo geralmente por pessoas que detém esse conhecimento que são os sábios anciã ou ancião, é feito com conhecimentos da natureza, com espiritualidade, respeito e com orientações que perpetuam desde muitas gerações.

As atividades das práticas culturais que acontecem durante a semana cultural que é realizada no mês de abril consta do calendário escolar como dia letivo e está presente no Projeto Político Pedagógico da escola Julia Pará. Esse trabalho desenvolvido em coletivo com a comunidade escolar tem uma perspectiva que visa o fortalecimento da interculturalidade, avanço em nossas pesquisas sobre o próprio povo e saberes dos Balatiponé-Umutina. É um entrelaçar da escola e da comunidade com a finalidade de, mesmo estando em atividades

escolares, vivermos as nossas manifestações e danças em coletivo, assim, a escola é usada como um meio de fortalecer e de possibilitar essas vivências da cultura e da interculturalidade.

Diante da pesquisa realizada, diante do olhar que fiz para a escola e as relações da cultura dentro dela, confirmo que a semana cultural é um exercício que vai envolvendo o currículo da escola, um currículo que é vivo porque é feito nas vivências, nas práticas e nas aprendizagens que são intensas nessa semana. Ainda explicito que essa semana é a mais intensa, o que não significa que em outros momentos da escola não se trabalhe a história, a etnomatemática em processos de interculturalidade. Mas, o estudo demonstra que esse exercício de vivência curricular está fazendo com que cada vez mais se construa a pedagogia Balatiponé-Umutina.

4.3 Ações pedagógicas na Semana Cultural

Apresento aqui várias ações pedagógicas desenvolvidas na Semana Cultural. Como pesquisadora e como participante da Semana Cultural, trabalhei com a História e mito do povo. O trabalho desenvolveu-se a partir da nossa história própria, dos relatos, dos sentimentos do nosso povo e da narrativa da nossa origem. Compreendo essa semana como uma semana de reflexão sobre a cultura, identidade, território e as conquistas e desafios que estão acontecendo com os povos originários.

Dialogamos que a história tem sido recorrente em maus tratos aos povos originários com a violação do direito indígena, assim como o avanço da política de desmonte e de agressão aos povos originários, por esse atual governo.

O trabalho, junto aos estudantes, se deu de forma reflexiva acerca do relato da história do Brasil, sobre a “Descoberta”, agora portanto, sob o olhar dos indígenas, com essas perguntas:

Vocês concordam com a história que os livros didáticos nos contam de que o Brasil foi “descoberto”?

Como um lugar onde já existiam pessoas pode ser descoberto? Quais os significados da palavra descoberta nessa situação?

Dialogamos sobre a história, a nossa história, o mito, nossas histórias, como são compreendidas por nós, originários e para os não indígenas, o conceito de história e mito, o contato com os Balatiponé. Posteriormente, passamos a orientar o trabalho com reflexões que

objetivam conhecer, aprender as ciências indígenas, identificar, valorizar os conhecimentos, técnicas, saberes e fazeres do nosso antepassados e mostrar que esses conhecimentos são dinâmicos e que a cultura não está estagnada, ela está sempre em movimento (em ressignificação) e o povo sempre deve estar atento sobre essas mudanças, principalmente, no mundo que estamos vivendo.

Foram trabalhadas as histórias que fazem parte dos saberes Balatiponé, a história real do nosso povo e também outras histórias acontecidas em que acreditamos. Essas histórias foram recolhidas pelos estudantes. Elas fazem parte da nossa vivência e são para nós importantes, pois são histórias da nossa cultura e se transformam em patrimônio material e imaterial. Histórias que marcam um tempo da vida Balatiponé-Umutina, como as vivências de Julá Paré. A primeira foi a história do Pai da Mata, uma história verdadeira que aconteceu com Julá Paré, é uma história que todos da aldeia sabem.

Ela é do tempo da poaia, e Julá Paré a vivenciou quando estava tirando a poaia. Aconteceu num lugar bem distante aqui da aldeia Central. O início da história foi dado e os estudantes deveriam trazer as versões que suas famílias conheciam, depois fariam uma síntese e elaborariam uma dramatização do acontecido. Era importante que pesquisassem com os avós, pais, tios, anciões da comunidade, eles deveriam escrever ou gravar e trazer para sistematizar e contar para os colegas e fazer ilustração dos personagens, da história que trouxeram de casa. Essa atividade foi trabalhada durante uma semana.

Os estudantes retornaram com suas versões e, juntos, sistematizamos em forma de dramatização, que foi apresentada na finalização dos trabalhos da feira cultural à comunidade.

4.1.1 História do Pai da Mata – dramatização

NARRADOR: *Certo dia Julá Paré chegou para seu amigo Antônio:*

JULÁ PARÉ: *Oi Antônio, como vai? Veio convidar você para poiar lá no Guarantã amanhã.*

ANTÔNIO: *Há! Tá bom, vamos sim! Amanhã bem cedo, eu vou, tá bom? Combinado? Me espera!*

NARRADOR: *No outro dia, acordou bem cedo deu comida a suas galinhas, porcos... Julá Paré olhava pela estrada, olhava pro sol e nada do Antônio chegar. Então, Julá cansado de esperar Antônio foi arrumar seus objetos que levava para a mata. Pegou seu borná, seu facão e sua velha espingarda e começou colocar a sela no cavalo. Viu que Antônio não*

chegou, pegou seu cavalo e resolveu ir poiar sozinho. Chegando na mata, amarrou seu cavalo perto do rio e entrou para poiar. Ele poaiou, poaiou e, mais ou menos 4 horas, Julá resolveu ir embora. Mas de repente ouviu um grito.

JULA PARÉ: *Será que agora que Antônio tá vindo?*

NARRADOR: *Mas Julá continuou andando até chegar no córrego onde seu cavalo estava amarrado. Sentiu sede e abaixou para beber água. De repente, veio uma grande ventania e outro grito, depois outro grito mais perto e novamente mais perto. Julá nem se preocupou, levantou a cabeça olhou e continuou bebendo água, quando de repente na sua frente, um bicho que vinha em sua direção pronto para atacar, ora parecia macaco, olhos de fogo dente de onça, garra enormes, boca aberta pronta para atacar Julá pegou sua espingarda e mirou e atirou contra o bicho, O bicho caiu para trás e deu um estrondo muito forte. Enquanto o bicho estava caindo no chão, pegou seu cavalo, que estava desesperado, cortou a corda e saiu disparado para sua casa. Deu comida a suas galinhas, para os porcos, montou novamente no seu cavalo e foi embora para aldeia Umutina. Ao chegar na aldeia, ainda escutava os gritos do bicho que vinha gritando pela mata atrás de Julá. Na aldeia, contou para o pessoal o que tinha acontecido. No outro dia, voltaram para seu barraco e tiveram uma grande surpresa: tudo estava arrombado sua casa, os animais soltos. E assim termina essa linda e triste história que aconteceu com Julá aqui no território Umutina.*

Essa primeira semana foi repleta de construções textuais, a partir das nossas histórias. A segunda história apresentada e registrada, em sala de aula, foi sobre a Mãe d'água, contada e registrada por Camily Vitória Corezomá de Oliveira, estudante do 9º Ano/2022. Compreendemos que esse trabalho é significativo, porque aproxima os estudantes das histórias e exercitam a produção da escrita. Essa e outras histórias produzidas pelos estudantes compõem também o produto pedagógico do mestrado.

4.1.2 Mãe d'água

Figura 8 - Mãe D'água



Fonte: Camily Vitória Corezomáé de Oliveira, 9º Ano/ 2022

A história que aqui vou contar é uma história que aconteceu com meu avô. Ele conta que certo dia foi tomar banho no Córrego Dezoito, aqui na aldeia Umutina; nesse tempo tinha poucas pessoas que moravam aqui. Meu avô Alcir desceu e, de longe, viu uma mulher tomando banho no rio; então, resolveu esperar até ela sair, ficou aguardando uma distância, e nada da mulher sair. A mulher virou e olhou para ele e, de repente, pulou sobre a água e sumiu. Aparentemente era branca dos olhos grandes e vermelhos e os cabelos longos, liso e escuro. O meu avô Alcir voltou assustado para casa, pois nunca tinha visto algo parecido. Ele chegou em casa e contou o que havia acontecido. São coisas que muita gente não acredita, mas que existem. São pessoas sobrenaturais que existem na natureza.

Outra história é sobre o mistério da natureza, o texto e a ilustração foram elaborados por Yuri Corezomáé Calomizore, estudante do 9º ano/2022. As histórias relatadas são verdadeiras e têm ligação com os conhecimentos cosmológicos e da espiritualidade do meu povo Balatiponé.

4.1.3 O mistério da natureza

Figura 9 - Mistério da natureza

Fonte: Ilustração elaborada por Yuri Corezomaé Calomizore, 9º Ano/ 2022

A história que aqui vou contar foi contada pelo meu pai Luiz Fernando. É uma história que aconteceu com ele; ele me disse que a muitos anos atrás aconteceu com ele, mais alguma pessoa da aldeia. Eles foram tirar palmito e aconteceu esse fato com ele, que foi muito perigoso, ele disse que não sabe se as pessoas acreditam, mas ele sim, acredita porque aconteceu com ele.

Na época, os homens tiravam palmito, muitos voltavam para casa só a tardezinha e outros pousavam no mato. Então, ficou ele meu pai, Ivo e Valdeci. Tinham mais outros pessoas na mata e como eles estavam sem mistura, resolveram ir pescar, foram numa baía dentro da mata e o acampamento ficava perto da baía. Pescaram só um pouquinho de peixe. E quando estava indo embora apareceu um jacaré, o Ivo atirou nele, mas não conseguiram pegar, lutaram de todas as formas para agarrar e pegar o jacaré mais não conseguiram pegar e o jacaré acabou indo embora sumindo de repente da vista deles.

E depois disso todos voltaram para o barraco. Quando meu pai chegou no barraco ele começou a sentir mal, no outro dia ficou mais ruim com dores de cabeça e com muita febre. Por causa disso resolveram ir embora, chegando aqui, ele ficou pior, as dores não passavam só aumentavam, não comia mais. Ai minha tia Beca ficou sabendo veio fazer orações e conversou com minha avó Carmen e ela ficou preocupada com ele porque cada dia só piorava, foi sete dias sem comer, ai resolveram fazer jolorukwa(xixá), e hare(peixe) para a

cura do doente. Depois que fizeram, as oferenda, no outro dia já foi melhorando. Ele acredita que se não tivesse feito a xixá e o peixe assado ele não estaria hoje junto de nós.

E por isso que ele fala que temos que ter muitos cuidados quando atiramos algum bicho, ou quando matamos porque tudo tem seu dono.

A próxima história é do estudante Kawe do 9º ano/2022. Ele aborda a história do Córrego Dezoito, apresentando três versões.

4.1.4 História do Córrego Dezoito

Figura 10 - Córrego Dezoito



Fonte: Ilustração de Kawe Corezomaé Amajunepá, 9º Ano 2022.

No princípio, o povo Balatiponé-Umutina morava no chamado Posto Velho, depois foram pra Humaitá. Era um lugar muito bonito, porém, era próximo à cidade de Barra do Bugres. Certo momento, resolveram procurar outro lugar para fazer as moradias, mais distante, longe da cidade. Um dos motivos foi proteger das doenças que estavam contaminando os indígenas naquela época.

Segundo a história, os Balatiponé-Umutina saíram em busca de novo lugar, adentrando as matas, até que chegaram a um rio que, posteriormente, foi denominado de “Córrego Dezoito”. Os anciões da aldeia narram as seguintes versões sobre o nome dado ao córrego.

A primeira narrativa contada pelos anciões, que eram dezoito Balatiponé-Umutina, acharam o córrego quando estavam procurando o lugar para construir novas roças e novas moradas. A outra é que, quando chegaram na margem do córrego, havia dezoito pés de buritis bem alto, muito bonito e faziam sombra, a água era bem geladinha. A última é que

chegaram ao córrego no dia dezoito de um determinado mês e ano, porém, ficou no ar, não recordam o mês e nem o ano, conforme os relatos dos anciões experientes.

A partir das narrativas, o fato é que ficou conhecida como Rio/Córrego Dezoito. O Córrego Dezoito é muito importante para o povo Balatiponé-Umutina e continua sendo, pois a água é vida para todos os seres.

Antes não havia a água encanada e o Córrego Dezoito serviu pra tudo, pescavam. Praticavam o ritual da pesca do timbó, tinha muito peixe como: piaui, lambari, cará, juanagueza... Nossa, era muito peixe! Pegava água para beber, cozinhar, lavar roupa e tomar aquele delicioso banho pra refrescar o corpo. Ah, que saudade! Como era bom! Eu, você, nós tomávamos banho no Córrego Dezoito. Algumas pessoas viram coisas até sobrenaturais.

Os anos foram passando, a cada ano modificando as questões climáticas, o período de chuva já não chovia no tempo certo; o frio já não era no mês que acontecia a friagem e, conseqüentemente, foram acontecendo mudanças. Para completar, vieram as queimadas, onde muitas vezes, atingiu a nascente do nosso córrego.

Essa narrativa é muito triste. Paro e fico pensativa, imaginando... e vem um questionamento: porque nós não olhamos para o nosso rio? Agora achar, o culpado não vai mudar nada, o nosso rio começou a pedir socorro e ninguém de nós ouviu, até então, não aguentando mais. No dia 2 de setembro de 2021, ele secou.

Foi um dia triste, virou um alvoroço entre nós. Na comunidade, cada um falava alguma coisa, o rio estava muito antes, pedindo socorro e, por egoísmo de nós, deixamos acontecer esse fato. Na passagem, onde corria água imensa, via aquela areia e folhas secas, um calor, se alguém me contasse, não iria acreditar. Mas infelizmente eu vi, e fiquei triste, me tornei impotente, olhei para céu, pedi desculpas pra Haypuku, por deixar isso acontecer. Não dependia só de mim e sim de todos.

Uma conversa em conjunto, alunos, professores disseram que tínhamos que fazer alguma coisa, que enquanto outros discutiam, nós tínhamos que fazer algo. Uma ação conjunta foi realizada, em parceria com o Coletivo da Terra, dentro de um projeto que está sendo executado e composto por professores, amigos que lutam pela causa indígena. Propomos iniciar ações de pequenos projetos de reflorestamento da nascente do Córrego Dezoito da nossa aldeia Umutina, um trabalho inicial que contará com o trabalho coletivo de curto e longo prazo. Através do diálogo e parceria, conseguimos 100 mudas de plantas nativas de 24 espécies.

Ao conseguir essas mudas de plantas nativas, realizamos uma pequena ação, no dia 18 de março de 2022. Juntamente com nós estudantes, fomos plantar, ou seja, reflorestar a nascente do Córrego Dezoito, pode ser que não vai mudar, mas uma coisa é fato: fizemos algo.

O Córrego Dezoito continua pedindo socorro, nós temos que fazer mais. Sabe por quê? Eu, você, nós já tomamos banho nesse rio na nossa infância e, para que nossos netos e parentes continuem banhando, precisamos fazer algo, repensar as nossas ações e agir.

Essa é a linda história do córrego dezoito que precisa ser escrita, porque se não escrever, as palavras voam, assim, como as folhas secas são levadas pelo ventos e acabamos sem saber de nada. Se for escrito, alguém vai ler e saber da história do Córrego Dezoito em algum lugar, no presente, passado e no futuro.

As duas últimas histórias compõem relatos de seres que sabemos que existem e que fazem parte das histórias contadas na aldeia Umutina, mas são bastante gerais, porque muitas pessoas sabem delas: o bicho, o trovão e pai da mata.

4.1.5 O bicho do trovão

Figura 11 - O bicho do trovão



Fonte: Ilustração de Fabrício Amajunepá Uapodonepá, 9 ° Ano/ 2022

A história que aqui vou relatar foi contada pela minha avó Leontina. Começa com três meninos, que certo dia, foram procurar a sua mãe. E na casa deles só tinha a sua avó. E

os meninos perguntaram para a sua avó: “vó, cadê a nossa mãe?” A avó respondeu: “Eu não sei onde está sua mãe.”

Mas os meninos achavam que era um bicho que tinha pegado a mãe deles. Os meninos imploravam para a avó. Vó, conta pra nós onde tá nossa mãe? Mas a avó deles não queria contar.

Um certo dia, eles saíram para fazer flecha, porque eles iam começar a procurar a mãe. E mais uma vez eles foram perguntar para sua avó. Vó, onde está nossa mãe? Os meninos falaram: “se a senhora não contar, nós vamos te agredir, fazer alguma coisa com a senhora.”

Assim foi... Depois das ameaças dos netos, a avó resolveu falar que era um bicho que tinha pegado sua mãe. Ela também falou que o bicho morava em uma caverna, que era perto de casa de um senhor chamado Chini Calori. Aí os meninos prepararam seus arcos e suas flechas para ir caçar o bicho. Os meninos entraram na caverna pra matar o bicho. Dentro da caverna estava muito escuro. Aí os meninos encontraram o bicho e o mataram. Eles arrastaram o bicho pra fora da caverna e voltaram para casa. Eles falaram para sua avó: “nós matamos o bicho!” A avó falou: “Vão voltar lá para arrancar a cabeça do bicho que matou a sua mãe.”

Assim os meninos fizeram, voltaram lá no bicho e arrancaram a cabeça dele e mostraram para sua avó. A avó mandou os meninos colocar a cabeça do bicho no alto de uma figueira para flechar. Os meninos começaram a flechar a cabeça do bicho e, de uma hora para outra, eles viraram formiga carregador e subiram com a cabeça do bicho no alto da figueira.

E a cabeça do bicho que eles haviam colocado em cima da figueira tinha virado trovão, por isso, sempre que troveja é o bicho que está bravo.

Esse texto foi relatado e escrito por Fabrício Amajunepá Uapodonepá, do 9º ano do ensino fundamental.

4.1.6 História do pai do mato

Figura 12 - Pai do mato



Fonte: Ilustração de Edgar Monzilar Barreto Medrado, 9º Ano/ 2022

A história que aqui vou contar, ouvi numa aula de campo. Não me lembro da história por completo, mas o que eu lembro vou aqui narrar. O Pé de Garrafa, de acordo com a história, habita nas matas bem altas, defendendo os bichos contra as pessoas e outros predadores.

Segundo contam, é muito difícil a gente vê-lo, aqui na aldeia são poucas pessoas que já viram e ouviram o grito dele. Já ouvi relato que ele é igual um homem, porém, alto, peludo e forte, bem escuro e as mãos semelhante a do macaco. No rosto dele, uma barbicha comprida e falhada de cor negra e tem o nariz que parece azul, ao mesmo tempo escuro. Aqui na aldeia já teve gente que até já falou com ele. Essa descrição que faço aqui foi essa pessoa que falou como ele é, quando estava poindo dentro na mata, bem longe aqui da aldeia.

Ele costuma andar com grupos de caititu, ou porco do mato, sempre na frente dos animais, onde utiliza o maior animal para guiá-lo e os demais animais. Está sempre na floresta defendendo, tanto animal quanto também as matas; não gosta que derruba as matas, ou que queimam, pois fica muito zangado, segundo contam.

A história acima foi relatada e escrita por Edgar Monzilar Barreto Medrado, do 9º Ano do ensino fundamental.

No trabalho de História, foi perguntado para os estudantes: qual a importância de estudar a História do povo Balatiponé para vocês? Uma das alunas, a Meirelle Corezomaé,

respondeu assim: *“Pra mim é bom porque eu conheço mais a história do nosso povo, no antepassado, é muito importante”*. E o estudante Yuri Monzilar Corezomaé completou dizendo: *“Pra nós estudante é importante, pois, trata do conhecimento do nosso povo é bom ter a semana cultural, interagir com os mais velho que sabem a história”*.

Podemos observar que o desenvolvimento dessas atividades é importante para nossos estudantes e jovens. Essa forma de trabalho produz uma articulação forte da família com a escola, ocorre um círculo de conhecimento que acontece nessas práticas que a escola propõe. Esse procedimento pedagógico é importante para a nossa atuação como professores, porque a gente também acaba aprendendo junto com os estudantes, pois ali nos tornamos estudantes também. É uma ação pedagógica bem diferente dos tempos anteriores, quando a escola era lugar de silenciamento e apagamento da língua e da cultura era coordenada apenas por não indígenas, período da catequização, da dominação, do esforço para a assimilação nacional.

Sabe-se que a história da relação da escola com os povos indígenas é um relato de exclusão, catequização, dominação, sempre situações de desconstrução de identidades e destruição de memórias. A escola é apenas um dos mecanismos da efetivação dos processos de encobrimento do ser indígena, além de outros, mas essa instituição que adentrou nos ambientes étnicos de maneira invasora tem sido utilizada também hoje pelos povos invadidos (FERREIRA, 2014, p.28).

Ao olharmos para traz, vamos perceber que a escola nas terras e comunidades indígenas, na década de 1940, simplesmente veio com esse intuito dominador, que era a política da época. No entanto, a partir do momento que os próprios indígenas assumem a escola, pensa-se em uma educação que seja específica e diferenciada, essa mudança foi marcada com a constituição de 1988, no seu artigo 231, luta dos povos originários.

Não podemos nos esquecer das lutas dos nossos antepassados para que pudéssemos ter leis vigentes que mudaram o contexto opressor, mesmo havendo um movimento para nos silenciar e dificultar o desenvolvimento de práticas pedagógicas próprias. Estamos nos esforçando para fazer a resistência indígena e a superação do espaço negado dentro do currículo escolar.

É importante lembrar que a educação escolar indígena avançou, mas mesmo assim, precisamos nos armar de conhecimentos, para juntos, enfrentarmos essa esfera e o sistema no qual querem incluir a educação indígena, principalmente, essa BNCC – Base Nacional Comum Curricular que está aí, que não condiz com a realidade dos povos indígenas e, a todo momento, quer nos ocidentalizar com essa política que coloca todo mundo num barco só, sem respeitar as diversidades que temos no nosso país.

Outras atividades foram desenvolvidas em forma de oficinas na Semana Cultural. E também depois de tudo, pedi para que os estudantes fizessem desenhos e trouxessem o que era cultura material e imaterial do nosso povo, a partir da vivência pedagógica na Semana Cultural do meu povo.

4.1.7 Confeção do Hakikano

Na semana seguinte, foi trabalhada a confecção do *Hakikano* (Fig. 6). Este artefato era somente feito pelos homens e de uso também para grande e importante cerimônia do povo. Para esse trabalho, foi convidado Edgar Monzilar Corezomaé que, desde pequeno, aprendeu a confeccionar o hakikano, com as pessoas mais experientes da aldeia.

Figura 13 - Confeção do Hakikano



Fonte: Edna Monzilar, 2022

Ele explicou que grande parte do conhecimento, em fazer o *hakikano*, veio através de sonho. Ele estava na sala de aula com os estudantes e estava fazendo um *Hakikano*. Ao mesmo tempo que mexia com as mãos também contava sobre seu sonho. No sonho, ele aprendeu a fazer e também ouviu palavras, orientando que ele devia fazer do jeito que eles, os antigos Balatiponé-Umutina, que estavam com corpos pintados usando *Hakikano*. Explicavam pra ele que no dia seguinte, eles, os antepassados, estariam com ele na mata para pegar as matérias-primas próprias do *Hakikano*. Ele foi, acertou mutum, matou, tirou as penas e depois tirou a taquara; ele não sabe explicar, mas foi orientado, guiado por um sagrado, assim ele trouxe a taquara e o broto de tucum. A história ia sendo relatada e o *Hakikano* ia tomando forma em suas mãos. Quando estava sonhando, esses Balatiponé-

Umutina disseram que iriam ensiná-lo para ele poder usar na dança e ensinariam como era para ele dançar, assim ele contou.

Com suas palavras, que foram pronunciadas com um jeito especial naquele encontro com os estudantes e comigo, Edgar explicou que o que ele estava nos contando foi alertado pelos nossos ancestrais Balatiponé-Umutina, que quando ele contasse a outras pessoas muitos não acreditariam. Mas ele confirmou que foi assim que aprendeu a fazer. Disse ainda que quando ele dança e quando coloca o *Hakikano* tudo fica perfeito, ele sente que todos os espíritos dos antigos Balatiponé-Umutina que já se foram, estão por perto junto dançando.

Explica aos estudantes que quando vamos dançar tem que ter responsabilidade, não é para usar o *Hakikano* à toa, ele é importante nos rituais e atrai os espírito de nossa ancestralidade para que estejam presentes. Uma presença que não é física, mas espiritualmente, eles estão presentes nas danças.

Depois do sonho, passou a observar os mais velhos a fazerem o *Hakikano* e desse dia em diante, ficou observando os mais experientes, porém, muita coisa que ele sabe veio no sonho. O sonho com os Balatiponé-Umutina ancestrais trouxe conhecimentos como fazer banho com ervas, benzer, confeccionar o *Hakikano*, o bolo (a parte que sustenta o *Hakikano*, tudo isso veio do sonho, dos espíritos dos Balatiponé-Umutina. Ele continua a fazer o *Hakikano* e diz que foi escolhido por eles, os espíritos. Disse que sofreu muito, porque durante muito tempo não entendia nada, só algum tempo depois que foi entender que realmente foi escolhido. Em suspiro, diz que isso não é pra qualquer pessoa.

Em relação à prática do *Hakikano*, explicou que é preciso ter materiais necessários: penas, palito de taquara, corda de tucum, ou barbante, nesse caso, usamos o barbante. Ele trouxe um pouco de pena e alguns palitos, mas como não ia dar para todos os estudantes, fomos fazer a coleta da taquara, que fica a 1 km e meio da aldeia. Chegando lá, Edgar começou a explicar qual era a taquara melhor para pegar. Depois que cortou com mais ou menos 30 cm, dividiu no meio em quatro partes e disse que cada pedaço era um palito. Disse que no *Hakikano* vai, no máximo 16 palitos, 16 penas do rabo do pássaro. Explica que antigamente era bem simples, eram só 4 ou 6 penas, dependendo muito de quem vai fazer, disse que particularmente gosta de fazer com 16, pena/palitos porque fica mais *pitukwá* (bonito).

Depois da coleta, voltamos para escola e lá fomos fazer o palito com uso de faca ou facão, descascamos até afinar e formar um palito, em seguida, foram selecionadas as penas. Usamos penas de mutum que Edgar trouxe e um pouco que disponibilizei, o material foi suficiente para cada estudante fazer o seu *Hakikano*. As penas mais usadas para fazer o

Hakikano são de *ajiwxiipá* (gavião real), *alaporé* (arara), *balatururuká* (urubu branco), *pariu* (jacu) e *hube* (mutum). Tendo tudo isso já selecionado, ele começou a amarrar e trançar a pena no palito que foi partido bem no meio. Feito isso com todas as penas, aí começou a trançar uma por uma bem no meio até terminar.

Antigamente, os Balatiponé-Umutina juntavam penas dessas aves quando caíam, porque eles criavam alguns desse pássaros, ou quando iam caçar matavam para comer e usavam a pena para fazer o *Hakikano*. Então teria que ter um tempo ou preparar um tempo antes, o processo de preparar a corda, que é feita de tucum, também tínhamos que ir pegar bem longe da aldeia para conseguir o tucum, essa palmeira é cheia de espinhos e deve ter um imenso cuidado para retirá-lo. Depois de retirado, é preciso estalar a seda, lavar e secar no sol, para depois fazer a confecção da cordinha, que não pode ser grossa nem fina demais.

A taquara buscamos perto da aldeia, onde Edgar explicou todas as técnicas e como retirar uma boa taquara para a confecção do *Hakikano*, pois isso exige muito tempo e duas semanas não seria o suficiente para essa atividade. Por isso foram usados outros materiais, no lugar da cordinha de tucum, usamos o barbante comprado na cidade. É nesse sentido que podemos observar que muitas coisas mudam, mas muitas vezes, a técnica é a mesma, mas os materiais não. Entendo que isso é agregar novas técnicas ou técnicas do outro para fazer determinada arte.

Para que o *Hakikano* ficasse firme, foi feito mais embaixo mais quatro trançados. Em seguida, medimos com a régua, mais ou menos 20 cm que também depende muito da pessoa que faz. Depois é só cortar e o *Hakikano* está pronto. O que pude observar é que parece simples, porém, se não tiver uma técnica, atenção ou concentração, não consegue fazer. Antigamente eram somente os homens que faziam e é um ornamento que é usado somente pelo homem nos rituais e nas festas, como se fosse uma joia muito preciosa e importante para aquele momento

Nesse trabalho que fizemos estavam tanto meninas quanto meninos, porque para nós é importante que não somente os meninos aprendam, mas também as meninas, para que elas saibam fazer para seus futuros filhos, ou seja, conhecimento que vai passar de geração para geração como continuidade dos nossos antepassados.

Outra atividade importante que fez parte da Semana Cultural foi o aprendizado e fortalecimento do trançado da *Pupurina* (esteira).

4.1.8 Trançado da Pupurina

O professor Osvaldo ficou com a turma do 6º ano do ensino fundamental e trabalhou na confecção da Esteira (Fig. 7), a partir da seguinte pergunta: Qual a importância de se trabalhar a esteira e quais objetivos e em que contribui no ensino e na aprendizagem dos estudantes?

Figura 14 - Confecção da esteira



Fonte: Edna Monzilar, 2022

De acordo com o professor Osvaldo, trata-se de “[...] *uma pratica milenar, conhecimento dos nossos antepassados e era muito utilizado na época, era uma esteira que era bastante utilizado, bem como, pra deitar, colocar alimentos, pra colocar os peixes moqueados, massa pra fazer beiju e era considerado sagrado, porque era nele que eles enrolavam os seus falecidos, seus mortos para ser enterrado*”.

Continuamos o diálogo e o professor continuou sua explicação dizendo que “*existe uma música, uma dança de reverência à esteira, considerado muito sagrado pelos Balatiponé-Umutina*”. Observou, ainda, que essa tradição tem sido pouco praticada e que ele pensa que a escola pode ser um dos espaços de retomada cultural, que é importante que os professores pesquisem e dialoguem com os estudantes e que também transmitam esses conhecimentos

Na sequência, o professor explicou que naquele momento já havia ido pegar o broto de babaçu, cortou e o trouxe para a escola. Observei que os estudantes estavam fazendo o estalamento dos brotos, depois deixaram para que secasse e, posteriormente, no período da tarde, iniciariam o trançado da esteira.

Foi feita também a pergunta para os estudantes e o estudante Alexandre Calomezoré Uapodonepá, do 7º ano do ensino fundamental, disse: “[...] *é importante porque podemos*

utilizar algum dia, ele representa nossa cultura indígena, e também é importante para minha casa, pra colocar a massa de beiju”.

4.1.9 Trançado da Rede

Outra atividade desenvolvida na semana cultural foi o trançado da rede (Fig. 9).

Figura 15 - Trançado de rede



Fonte: Edna Monzilar, 2022.

Como nas demais atividades, estabeleci um diálogo com o professor e Integrador Curricular da escola para realizar a referida ação e em entrevista com o professor Silvinho, perguntei sobre o trabalho que estava fazendo na confecção da rede. Pedi que comentasse sobre esse trabalho, e ele nos disse que “[...] a semana cultural é muito importante, nesse

processo que a escola vem fazendo desde a implantação do resgate das ciências e saberes do povo Balatiponé-Umutina e nesse momento no 1º e 2º semana de abril, sempre realiza essas oficinas, com esse objetivo de fortalecer, resgatar e divulgar essas ciências e saberes do nosso povo”.

Perguntei aos estudantes se era importante aprender esse trançado de rede. O estudante Lucian disse: *“eu acho importante porque eu não sei e tô aprendendo a fazer a rede”*. Observei que eles estavam concentrados, pois fazer a rede não é tarefa fácil.

4.1.10 Atividade com língua Balatiponé

Ainda na Semana Cultural, foram desenvolvidas atividades sobre a língua Balatiponé, trazendo a especificidade dos peixes (Fig.10). Essa atividade foi coordenada pelo professor Luizinho, que nos disse o seguinte: *“Eu tenho um trabalho pra ser realizado sobre os peixes que existem no território Balatiponé-Umutina e ele será específico na Língua Balatiponé, quero produzir um catálogo para apresentar à comunidade e esse catálogo também será o produto pedagógico do meu trabalho de mestrado”*.

Foi feita a pergunta para a estudante Lainara Ariabo Ipaqueri, do 1 ano do ensino médio, acerca da importância dessa Semana Cultural para a vida dela. Você acha importante trabalhar as atividades culturais do povo? Ela disse: *“Pra mim como estudante é importante porque vamos aprendendo cada vez mais sobre os peixes, sobre a nossa cultura, aprofundando mais a nossa mente, nesse nosso trabalho... vamos aprendendo para que lá na frente, lá na frente passar para nossos filhos”*.

Esse trabalho é de suma importância e faz parte de uma política linguística, não somos falantes da nossa língua, mas somos lembrantes, conforme Cruz (2012), conhecemos as palavras e trabalhar com a língua materna é muito importante, pois sabemos da nossa história, e da importância que tem essa aprendizagem.

Figura 16 - Peixes (língua materna)



Fonte: Edna Monzilar, 2022

4.1.11 Grafismo Balatiponé Umutina em Madeira

Outra prática cultural vivenciada foi a produção da arte em madeira com grafismo (Fig.15). As madeiras utilizadas são do próprio território, com muito cuidado e com planejamento para o uso, pois sabemos que é preciso manter a floresta em pé. Esses grafismos, que são colocados no corpo dos animais, dizem sobre nossa cultura.

Figura 17 - Confecção do grafismo em arte de madeira



Fonte: Edna Monzilar, 2022

Junto à professora Dulcinéia, perguntei sobre a importância da Semana Cultural e que comentasse sobre o trabalho que estava acompanhando. Ela nos falou que *“Semana Cultural é de grande importância pra nós, para a escola e todos da comunidade de forma geral. Nessa semana, vem trabalhar as práticas tradicionais do povo Balatiponé-Umutina né, essas prática que vêm de geração a geração desde os nossos antigos... repassar isso pra nossos estudantes, nossa juventude, até pra nós mesmo é importante. Que nossos estudantes sejam multiplicadores desses saberes tradicionais na prática. O grafismo também é importante na madeira, em que também o nosso povo já trabalhava né, essa prática em madeira, como eles faziam a espada né, a canoa e enfim outros. É um tipo de arte na madeira e também fonte de renda né, [...] mesmo utilizando essa matéria prima que nós temos no nosso território, sem degradar o meio ambiente, então é isso né, que essas práticas possam ser fortalecidas, que é uma forma de, de fazer também os artesanatos também, então é isso”*.

Atualmente, utiliza-se de máquinas que auxiliam na rapidez os trabalhos em madeira, é como diz a professora Dulcinéia, uma forma de trazer *“[...] aquilo que a gente tem na nossa localidade dentro da nossa cultura do povo Balatiponé-Umutina”*. Ela acrescenta que mesmo trabalhando com grafismo, pode-se também trabalhar com a língua materna e informa que trabalhou com os estudantes do 3º ano do ensino médio, grafismo em madeira. Explica que essa arte tem sofrido algumas alterações, agregando novos conhecimentos, novas formas de cortar a madeira, novas tintas, ou seja, vai se introduzindo *“[...] outras técnicas não indígenas pra esse tipo de artesanatos né, pra que ele fique bem acabado, mais não assim, não tirando a cultura de lado, trabalhando junto o conhecimento indígena e o conhecimento não indígena, então assim, é esse foi o nosso trabalho, a oficina foi ministrada pelo Cleomar Tan Huare, ele que é um artesão nosso, nosso orientador nesse curso. Então, a gente, nós devemos valorizar aqueles que detém o conhecimento da arte, trazer pra nossa escola que de maneira ou de outra vão obter esse conhecimento e vão ser multiplicadores do futuro desse conhecimento”*.

4.1.12 Cerâmica Balatiponé-Umutina

No passado, as cerâmicas eram bastante utilizadas pelo povo Balatiponé-Umutina e, atualmente, a escola tem desenvolvido trabalhos de revitalização desse tipo de produção cultural, desse patrimônio material. Quem coordenou os trabalhos com a cerâmica foi a professora Eneida Kupodonepá, juntamente com o professor Jairton Kupodonepá. Sobre a

Semana, ela nos disse o seguinte: “[...] é um projeto da escola né, porque todo ano a gente faz a Semana Cultural, não deu de fazer nesse tempo da Covid, mais sempre fazemos aqui na escola Julia Paré [...] é a revitalização da Cultura, e onde a gente aprende com os nossos anciões, quando eles vão pra escola pra ensinar tanto a gente quanto os estudantes e é bom quando a gente aprende juntos com os estudantes. Eu não sabia fazer o cestinho, aprendi fazendo na Semana Cultural, com os anciões com mães dos estudantes, que nós chamávamos pra ensinar e então aprendi junto também. Assim como os estudantes aprendem, a gente também aprende, igual eu. O Jairton que me convidou, eu estava de licença, mas a gente fez juntos [...] então a cerâmica veio de um projeto que a Ellen fez e a pessoa que deu o curso foi a Vander Borare. Ela mandava o vídeo e a gente ia fazendo, a gente fez com o pessoal lá do Massepo, então a gente aprendeu olhando. Mas, o Jairton aprendeu com o finado Antônio através da escrita do relato que o finado Antônio falou, então, a gente foi fazendo usando o nosso conhecimento e também o que a Vander mandava[...] quando a gente fez com estudantes, a gente viu que a gente aprendeu mais, eu gostei de trabalhar a cerâmica e de ensinar os estudantes, então a gente sabe que nem todos os estudantes gostam do que a gente propõe, mas a maioria da turma que foi o 2º ano e o EJA a gente viu que gostou”. Os estudantes também confeccionaram a cerâmica (Fig.16).

Figura 18 - Confeção de cerâmicas



Fonte: Edna monzilar, 2022

Depois de ouvir, em processo de escuta, os professores e professoras que coordenaram as ações pedagógicas, as oficinas junto aos estudantes, fizemos um diálogo junto à gestão da escola, especificamente, com a Diretora da instituição de ensino e com o Integrador de Ensino.

Assim, a professora e Diretora da Escola Julá Pare narrou; que “[...] essas atividades são importantes para passar esses conhecimentos que fazem parte dos saberes e fazeres do povo Balatiponé Umutina, que essas atividades estão enraizadas dentro do PPP (Projeto Político Pedagógico da Escola). Foi feita uma reunião, com toda equipe da gestão, para que pudessemos fazer o planejamento, organizar as atividades, quais oficinas iriam estar sendo realizadas. Ficou aberto para que cada professor chamasse os anciões da comunidade para que pudesse ensinar alguma arte, com relação a questão do povo Balatiponé Umutina. Realizamos várias oficinas e tivemos a presença da turma do Mestrado Profissionalizante da Unemat pela Faculdade Indígena, ai também tivemos o intercâmbio com a escola pública Júlio Muller de Barra do Bugres, rodas de conversa, brincadeiras, jogos tradicionais. Essa aprendizagem possibilita interação com vários saberes”.

Para o Integrador Curricular, professor Marcio, foi feita a seguinte pergunta: Qual a importância da Semana Cultural para a escola, para a comunidade de maneira geral? Ele nos disse que a “Semana Cultural, antes de tudo, é um instrumento legal da nossa escola, porque faz parte e está garantido dentro do nosso Projeto Político Pedagógico, é uma atividade de suma importância para todos os estudantes, bem como, para toda a comunidade Balatiponé-Umutina, então é um período né e ai é geralmente uma semana, duas semanas, ou até mesmo um mês de atividades culturais, que nos envolvemos dentro da Escola com a participação dos estudantes, dos professores e da comunidade escolar de uma forma em geral, principalmente também da participação comunidade. Os anciões são convidados dentro dessa atividade promovida pra ensinarem diversas técnicas e confecção de arte pra nossos estudantes, sempre nesse objetivo de, nesse período, nesse objetivo de refletir né, refletir nosso papel quanto indígena, enquanto povos indígenas, a buscar a memória dos nossos antepassados, dos nossos avós, de refletir profundamente a política na qual estamos inserido atualmente, principalmente com relação às políticas indígenas, à política indígena voltado para nós povos indígenas, de que maneira podemos fazer esse enfrentamento a vários problemas que enfrentamos no dia a dia né, não só da gente, mais um vez afirmar e reafirmar nossos valores culturais, o valor a nossa terra, o valor de nossas conquistas, de tudo que nós temos hoje, que foi deixado pelo nossos antepassado. E sempre nesse olhar dessa reflexão de

tudo que temos hoje e esse olhar para o futuro também esse é a importância da semana cultural”.

Compreendo a importância do processo de escuta e, estando envolvida com a Semana Cultural, a considero um espaço de reviver as memórias, as histórias e também lugar de aprendizagem, em que a escola assume o papel político de rememorar e de ensinar, não apenas o que é da cultura na oralidade, mas também na prática.

Todas as produções vivenciadas em oficina, durante a semana pedagógica, foram compartilhadas junto à comunidade em festividade, com danças e comidas tradicionais (Figura 13).

Figura 19 - Festividade de encerramento



Fonte: Edna Monzilar, 2022.

5 PRODUTO EDUCACIONAL PEDAGÓGICO: LIVRO SOBRE CULTURA MATERIAL E IMATERIAL BALATIPONÉ: UMA CONSTRUÇÃO EM SALA DE AULA

Nesta parte, apresento os caminhos vividos na construção do produto educacional pedagógico, ou seja, como foi a produção do livro. Ele foi feito pela vivência da pesquisa junto com os estudantes do ensino médio e também do 9º ano do ensino fundamental. A pesquisa produziu conhecimentos com a aproximação dos estudantes, de professores e de anciãos. Eles coletaram informações e vivenciaram práticas pedagógicas do fazer cultural. E depois escreveram a partir dos saberes do próprio povo. “Neste contexto, vê-se a oportunidade de os próprios indígenas trazerem para o discurso da escrita, ou seja, escrever a própria história a partir da visão e concepção indígena” (MONZILAR, 2019, p.3).

Foi a pesquisa que mobilizou a escrita, que mesmo simples, é muito importante para o meu ‘povo. Segundo Freire (1996, p.16),

Não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem o ensino. Esses que fazeres se encontram no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Partindo dessa concepção de Freire, pode-se afirmar que é isso que os povos originários vêm buscando constantemente construir, ressignificar e conhecer a história, juntamente com nossos estudantes, um aprendendo com o outro, para que nossos estudantes tornem críticos do mundo em que vivemos, e das relações da sociedade como um todo. É preciso saber da nossa história e sermos conhecedores desses saberes que muitos exigem técnicas específicas nossas, é preciso conhecer os marcadores de tempo, dependendo de algum tipo de arte, tem que saber o ciclo da lua, para a coleta de determinada matéria-prima. Esperamos que, no final, cada um possa contar sobre as pesquisas feitas e os aprendizados que adquiriram nesse processo de pesquisa e atividades.

Para nós, indígenas, quando falamos em determinada matéria-prima, para fazer um objeto, uma arte, tudo está relacionado com a natureza, não só a matéria-prima em si, porque vai muito além, até chegar num produto final. O lugar onde será coletada determinada matéria-prima, o dia certo, o ciclo da lua, envolve toda uma cosmologia e tudo isso aprendemos com as pessoas mais experientes da comunidade. Os diálogos e a oralidade, os

métodos e explicação da importância desse trabalho só vêm agregar aquilo que a escola já vem fazendo, desde quando começaram os próprios indígenas a trabalhar na escola.

Todas as vivências e observações, bem como os diálogos feitos durante a Semana Cultural me fizeram depois propiciar encontros reflexivos com os estudantes, pensar em um produto pedagógico específico, a partir da semana cultural, discutindo e apresentado pelos estudantes alguns elementos que eles compreendem como patrimônio material e imaterial do povo Balatiponé-Umutina. As atividades da Semana Cultural sobre histórias fazem parte do produto pedagógico. Este produto é a organização das atividades vividas na pesquisa do mestrado junto com os estudantes, com a comunidade e com todos que participaram.

Entendo que o trabalho intercultural e a produção de narrativas dos estudantes da escola Jula Pará são atividades que fazem parte de uma concepção decolonial. Sobre isso, Mota Neto (2016) escreve que Paulo Freire traz, na forma de pensar a educação escolarizada, a concepção decolonial e para que seja uma educação escolarizada com concepção decolonial é preciso que tenha o desenvolvimento da pesquisa como universo temático, que o diálogo seja intercultural e tenha conscientização do porquê da realização desse tipo de trabalho.

O universo temático é como se fosse um tema gerador e as histórias do meu povo, a partir das aulas do que é e quais as relações do patrimônio material e imaterial presente na nossa cultura, depois o diálogo intercultural enquanto postura crítica e política quando dialogamos sobre os saberes nossos e relações com outros saberes da sociedade ocidental e a conscientização, uma vez que é preciso sabermos porque estamos trabalhando esses conteúdos. Os professores, os estudantes e a comunidade precisam, também, saber o porquê disso tudo. Há um objetivo em trazer para a escola esses saberes que fazem parte da nossa forma de ver, compreender e construir o nosso lugar, não são apenas conteúdos.

O material pedagógico desta dissertação está organizado da seguinte maneira: Lista de Figuras, Sumário, Apresentação. Depois, na sequência, apresento a história do meu povo Balatiponé que foi escrita a partir da pesquisa contada pelos anciãos e também pelos pais dos nossos estudantes. As histórias escritas são: Mãe d'água, O mistério da natureza, História do córrego Dezoito, O bicho do trovão, História do pai do mato.

Também colocamos algumas danças Balatiponé com as respectivas descrições que se encontram no material: A dança *Yuri*, A dança *Boiká*, A dança *Lorunó* e a dança *Jekirinó* (andorinha).

Os artefatos foram reunidos no produto pedagógico e os textos construídos pelos alunos e alunas explicam que eles são usados na preparação dos Balatiponé para rituais e danças, como o *mintotanobô Urixá* (Brinco de Mulher), *ametá* (saia Balatiponé), colar de

dente, crianças e adolescentes, colar de dente feminino, *hutalaká /manekopô* (colar de dente masculino adulto), brinco masculino, *hakikano*, *Bodo* ou *bolo*, couro de *jukuitá* (couro de onça pintada).

Assim, também trabalhamos com as pinturas corporais usadas nas cerimônias e nas danças. As pinturas corporais são importantes, porque elas transmitem significados do meu próprio povo. Foi apresentada no produto pedagógico a pintura da menina moça, pintura *urixá* (mulher casada), *boé* (pintura corporal masculina de tamanduá).

Todas essas manifestações culturais fazem parte do patrimônio material e imaterial, estão carregados de significados e são usados na nossa cultura Balatiponé. Os instrumentos musicais utilizados nos cerimoniais e danças; Bapô/poari (chocalho de cabaça/ou de coco), Iponá (flauta), Bapó/chocalho de coco.

São várias as manifestações culturais, e inclui também as comidas e bebidas usadas em rituais e comemorações Balatiponé, entre elas, estão o *popô*(pacu) assado no *kapana* (girau) e *jolorukwá* (bebida).

Ainda têm os artefatos culturais: *barukwá* (abanador), *pupurina* (esteira Balatiponé), o *matapi* (cesto, cesto quadrado), *kasakopô* (gamela, pilão) e *kaypo* (mão de pilão). Os instrumentos usados na caça e na pesca são Lança de *katapê* (taquara) e o *buke*.

A matéria-prima vegetal e animal (aves) usadas na confecção dos artefatos culturais são: *alaporé* (arara vermelha), *hube* (mutum), *pariu* (jacutinga), *boy* (tucum), *ú* (guiné, cipó (timbó), madeira Aroeira, *zari* (Casa Sagrada), Zari.

O produto pedagógico está construído, pensando na cultura e no patrimônio material e imaterial. Sua construção se deu de maneira coletiva e colaborativa com os estudantes e as pessoas da comunidade. Nesse sentido, entendo que é um material decolonial que procura dar visibilidade ao meu povo dentro e fora da aldeia. Também penso que o presente texto, ao ser lido pelos os *wasse* (não indígenas), proporcionará o conhecimento da cultura Balatiponé-Umutina e isso será muito bom, porque nós resistimos e estamos vivos, pois sobrevivemos a muitas dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar indígena no território possibilitou transformações significativas na perspectiva e percepções das pessoas e isso demonstra um papel importante para o fortalecimento da cultura.

Compreendo que as práticas educacionais vividas abrem um caminho de saberes e um campo de conhecimento de prática cultural e ainda contribuem para as futuras gerações e para a comunidade escolar, para que tenham acesso ao conhecimento do povo, como também ao conhecimento científico que a escola não indígena ensina, que os estudantes possam ser o sujeito principal desse processo de ensino e aprendizagem.

As experiências nas oficinas resultaram de propostas de ensino e de aprendizagem conjuntas, feitas a partir da confecção de artesanatos com o uso de matéria-prima. Essas experiências foram feitas com uma metodologia colaborativa e também com a oralidade, sob processo de escuta dos sábios, pois a oralidade é composta de escuta, de falar, de contar as histórias. Os ensinamentos são importantes, mas escutar também é ou não existe a aprendizagem. Falar, escutar, observar e vivenciar fazem as aprendizagens.

Nesse processo de oralidade e de escuta, pudemos observar que não são do mesmo jeito que os nossos ancestrais faziam, as técnicas utilizadas, as formas podem até ser, mas a maneira e o olhar são diferentes e a transformação ocorreu e ocorre entre quase todo povo. Há um aperfeiçoamento cultural que se integra com outras culturas e isso vai fazendo com que sujam outras maneiras de fazer.

A preparação dos artesanatos foi feita juntamente com a aprendizagem da história e da memória que os nossos antepassados viveram. Foram as histórias que nos deram base para depois produzirmos os *artesanatos*. Todo esse trabalho nos ensina que é preciso dialogar para que saibamos muito mais de nós mesmos e, assim, possamos valorizar nossa cultura, reconhecendo quem somos: Balatiponé-Umutina.

Essa é uma percepção necessária, é preciso entender que no processo de ensino e aprendizagem indígena junto à escola, comunidade e estudante, mesmo com tantas mudanças e transformações que ocorrem com o ser humano, e também com a natureza, existe uma vivência que é cultural, que não podemos esquecer a memória e a história dos nossos antepassados, **fazer** sempre uma **cultura**, uma arte e uma história que é originalmente Balatiponé-Umutina.

A Semana Cultural tornou-se um caminho, uma fonte de trazer no cotidiano a possibilidade de reavivar a nossas ciências, técnicas e saberes. Uma compreensão de que estamos em constantes mudanças e readaptações, que participamos do que é moderno e que, por mais moderna que seja, na atualidade, permanece dentro de nós a essência dos conhecimentos milenares dos anciões que se fazem presentes a cada ação. Os anciões sempre estiveram conosco e se sentem importantes quando reconhecemos a sua sabedoria, eles contribuem para a escola, se sentem valiosos e estão sempre nos ensinando, dando sugestão. Eles são os guardiões da nossa ciência, técnica, saberes e as gerações vão aprendendo que a nossa ciência precisa permanecer viva, não tem que morrer, porque um povo sem história, sem cultura, sem seus valores, não é um povo forte.

Temos que conhecer a nós mesmos e à natureza para sabermos viver com ela. Ouvi isso de muitos anciões que participam ou que já participaram nesta vida, porque já faleceram, não estão mais entre nós, como os senhores Antônio Uapodonepá, Joaquim Kupodonepá e Antônio Corezomaé Paresi, Jorge Monzilar. Vejo o quanto foi importante ouvi-los, pois falavam que nós tínhamos que aprender para passar para as novas gerações, para as crianças. Eles, os anciões, eram detentores dos conhecimentos e tínhamos que aprender com eles. Olhando lá no passado e vivenciando hoje, entendo como foi importante ouvi-los, porque muito que aprendi foi em observar e ouvi-los.

É possível estar nesses dois universos, é possível entender o mundo dos *wasse* (não indígenas) e continuar a praticar os nossos saberes. Tenho o sentimento de que esta dissertação não servirá somente como um projeto de titulação, mas abre caminhos e possibilidade de estar presente na história, na atualidade e a possibilidade para nossa cultura estar sempre viva, porque não é apenas texto, mas o registro das nossas vivências e o esforço da escola como lugar de auxiliar o povo a manter a cultura e toda nossa ciência.

Interpreto também que este estudo e a escrita a partir das escutas, das vivências nas oficinas e da elaboração do produto pedagógico é um exercício da escrita e da vivência intercultural junto ao meu povo Balatiponé-Umutina. Uma escrita, como disse professora Bergamaschi na banca de defesa, de re-existência de um modo próprio. Uma apropriação da escrita como ferramenta do meu povo Balatiponé.

Esses conhecimentos são e fazem parte da nossa cultura e da nossa ciência, são nossas histórias e conhecimento dos nossos antepassados. A cultura e os conhecimentos Balatiponé-Umutina não têm como separar, porque são conhecimentos e metodologias próprias do nosso povo. São conhecimentos que estão interligados e que dizem respeito ao nosso próprio povo, mas sempre em interculturalidade, aprendendo com outros povos. É preciso afirmar sempre

que temos nossos próprios conhecimentos que estão na nossa cultura, na nossa vivência e que passam a serem parte do currículo da escola, como uma política de fazermos o nosso próprio jeito de ensinar.

Essa tem sido a contribuição que nós professores temos com a escola, estudantes e toda a comunidade de maneira geral e também com a sociedade brasileira. Ou seja, contribuir conosco mesmos no fortalecimento da nossa identidade e de estarmos presentes nesse mundo, mas também contribuir com o enfrentamento ao colonialismo do conhecimento que antes era reconhecido apenas o conhecimento dos *wasse*.

É, acima de tudo um exercício de fazer uma educação escolar específica, de mostrar que a escola não pode estar sem os conhecimentos do próprio povo. Assim, o verdadeiro conhecimento vem dos nossos ancestrais, da nossa vivência, da nossa coletividade, de *Haypuku*.

Este é um trabalho de pesquisa decolonial, porque além de ser próprio do meu povo também possibilita que não indígenas tenham conhecimento do povo, do patrimônio e cultura material e imaterial trabalhado no currículo da escola Jula Pará, assim podendo ajudar no estudo da história e da cultura indígena. Como explicam Bergamaschi e Gomes (2012, p.54) “Trata-se da Lei nº 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país”.

Compreendo que é também um trabalho intercultural e entendo por interculturalidade essa aprendizagem histórica do meu povo aprender com outros povos, de aprender a conviver e respeitar diferentes formas de saberes e de conhecimentos e entender que estar junto com o outro inevitavelmente faz com que aprendamos sobre e com o outro e, nessa aprendizagem, estar junto, fazer junto mesmo sendo diferentes é o que importa. Assim, a interculturalidade pode ser explicada como o fazer de uma produção de artesanato, porque tem a matéria prima que vem da natureza, que é cedida pelos encantados em espiritualidade e que com as mãos de outras pessoas vai se tornando artesanato de um povo, mas muitos conhecimentos vão se juntando ali, conhecimentos da mata, de como fazer, as vezes de sonhos, ou de histórias, tudo vai se juntando. Nessa forma de interculturalidade não tem violência e ninguém é melhor que ninguém, porque tem a convivência de ser e de continuar sendo o que se é mais junto.

Assim, essa dissertação contribuiu para refletir e também para vermos que a Semana Cultural é um exercício curricular que precisa ser ampliada muito mais e que é preciso que produzamos formas de ensinar e aprender como Balatiponé-Umutina mesmo. É também uma forma de resistir e re-existir no tempo, pois passamos por muitas coisas dentro do processo histórico do meu povo.

Aprendemos que é difícil, mas não é impossível construir um currículo e uma pedagogia própria Umutina.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, T. 238 **Comunidades de povos tradicionais vivem em Mato Grosso**. Gazeta Digital, Cuiabá, 01 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/238-comunidades-de-povostradicionais-vivem-em-mato-grosso/596743>>. Acessado em 16 de junho de 2020.
- ANDRÉ, Marli. **Etnografia da prática escolar**. São Paulo: Papirus, 2005.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida e GOMES, Luana Barth. **A temática indígena escola: Ensaio da educação intercultural**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. 1 ed. São Paulo: ideias e letras, 2006.
- CANCLINI, Garcia Néston. **Culturas Híbridas; Estratégia Para Entrar Y Salir DE LA Modernidad** 1ª ed. 3ª reimp- Buenos Aires: Paidós, 2010.
- COREZOMAÉ, Lennon Ferreira. **Educação Escolar do Povo Umutina Balatiponé: Compreendendo Processo Educativo da Escola Julia Paré**. Dissertação de mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. 2017.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgada em 5 de outubro de 1988, com alterações adotada pela Emenda Constitucionais Nº 1/92 A 38/2002 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão Nº 1 a 6/94-Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002 72.
- CRUZ, Mônica Cidele, 1968- **Povo Umutina: a busca da identidade linguística e cultural**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2012.
- DORRICO, Julie, DANNER Leno Francisco, CORREIA, Heloisa Helena Siqueira, DANNER Fernando. **Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: Criação crítica e concepção** (Org.) Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.
- DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de Novembro de 1937
- FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcantara. **Educação Escolar na Terra Indígena Apiaká-Kayabi, Em Juara M.T. Resistência e Desafios**. Universidade Federal de Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre UFRGS, 2014.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia de Autonomia. Saberes Necessários a Práticas Educativas**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- JANUÁRIO Elias. **Caderno de Educação Escolar Indígena**. V 9. N. 1. 2011. Cáceres-MT.
- LUCIANO, Gersen dos Santos. **Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real; Os dilemas da educação escolar indígena no Alto Rio Negro**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília. 2011.
- MENEZES, Bruno Ferreira. **Feira de Ciências: Para Além dos Muros e Saberes da Escola**. Fevereiro de 2019, Niterói R. J. 2019.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994
- MONZILAR. Edna, MONZILAR, Eliane Boroponepá. **A Mudanças do Povo Umutina da Aldeia Umaitá para a Aldeia Umutina**. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Ciências Sociais. Barra do Bugres-MT. 2006.

- MONZILAR. Eliane Boroponepa. **Aprender o Conhecimento a partir da Convivência: Uma Etnografia Indígena da Educação e da Escola do Povo Balatiponé-Umutina**. Tese de doutorado em Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. 2019.
- MONZILAR. Eliane Boroponepa. **Território Umutina: Vivências e Sustentabilidade**. Editora: Novas Edições Acadêmicas. Internacional Book Market Service LTDA. 2018
- MONZILAR. Eliane Boroponepa. **A Escola e o ensino do povo Balatiponé-Umutina no Território Indígena: a Educação Indígena e a Educação Escolar**. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 7, n.13, p. 63-91, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/63-91/pdf>. Acesso: 26/02/2023.
- MOTA NETO, João Colares da. **Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Reflexões em torno do Pensamento de Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. Curitiba: CRV, 2016.
- MUNDURUKU, Daniel. **Educação Indígena: Do Corpo, Da Mente e Do Espírito**. Revista Múltiplas Leituras, v 2, n. 1, p. 21-29. 2009.
- MUNDURUKU, Daniel. **Munduruku: rodas de conversa com educadores**. São Paulo: UKA Editorial, 2009.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Políticas da memória na criação dos museus brasileiros**. Cadernos de sociomuseologia nº 19. Universidade Lusofona da Humanidade e Tecnologia (2002) Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/>.
- SANTOS, Suzy. **Museu Etnográfico e indígena: aprofundando Questão, reformulando ações. Museus Indígena e a Construção de Museologia afirmativa**. 2020.
- SHUTZ Harold. **Informação Etnográfica sobre os Umutina**. 1957.
- SOUZA, Hellen Cristina, MONZILAR Eliane Boroponepa, CARGIN-STIELER Marinez-**Terra como Princípio Educativo**. 2016.
- PIRES, Juliana Torres. Caminhos Para Pensar A produção do Espaço Em Henri Lefebvre e as Relações Corpos- Cidade. Geo. PUC- Geografia da PUC-Rio de Janeiro 2018; v11, n,21, p.84=104, jul-dez-2018.
- TAN HUARE. Clicia. **A Escola Formal na Aldeia Umutina – Registro de um Processo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade do Estado de Mato Grosso. 2010